



**VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY
MASTER'S DEGREE IN EDUCATION SCIENCES**

CICERA MARIA DO CARMO DA SILVA LIRA

**O LÚDICO: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES E A
RELAÇÃO ENTRE O LÚDICO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*PLAY: A LOOK AT THE TEACHERS PRACTICES AND THE RELATIONSHIP
BETWEEN PLAY AND LEARNING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

ORLANDO-FL-USA

2021

CICERA MARIA DO CARMO DA SILVA LIRA

**O LÚDICO: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES E A
RELAÇÃO ENTRE O LÚDICO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*PLAY: A LOOK AT THE TEACHERS PRACTICES AND THE RELATIONSHIP
BETWEEN PLAY AND LEARNING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira.

ORLANDO-FL-USA

2021

International Cataloging-in-Publication Data

Library - VCCU

C568p

Maria do Carmo da Silva Lira, Cicera

Play: a look at the teachers practices and the relationship between play and learning in early childhood education / Cicera Maria do Carmo da Silva Lira – Flórida-USA: Veni Creator Christian University - VCCU, 2021.

71f.

Master's Degree In Education Sciences - Veni Creator Christian University - VCCU, Florida-USA, 2021.

Advisor: Auricélia Lopes Pereira, PhD

1. Teaching Learning. 2. Playfulness. 3. Pedagogical Practices. I. Title.

CDU 370=(134.3)

CICERA MARIA DO CARMO DA SILVA LIRA

**O LÚDICO: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES E A
RELAÇÃO ENTRE O LÚDICO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

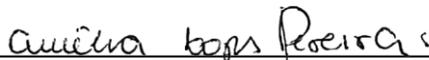
*PLAY: A LOOK AT THE TEACHERS PRACTICES AND THE RELATIONSHIP
BETWEEN PLAY AND LEARNING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

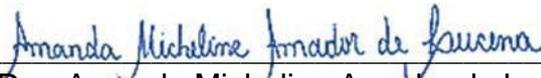
Orientadora: Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira.

Aprovada em: 16/12/2021.

BANCA EXAMINADORA



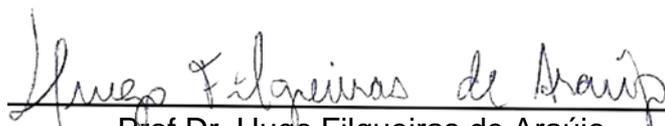
Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira
Orientadora



Profa. Dra. Amanda Micheline Amador de Lucena
Profa. Examinadora 1



Profa. Dra. Marcela Tarciana Cunha Silva Martins
Profa. Examinador 2



Prof Dr. Hugo Filgueiras de Araújo
Prof. Examinador 3

Dedico este trabalho ao meu Deus e também ao nosso Senhor Jesus Cristo, por serem essenciais em minha vida, autores do meu destino, meus guias, refúgios presentes nas horas de angústia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu Deus que iluminou o meu caminho ao longo desta caminhada.

À professora Auricelia Lopes Pereira, pelas brilhantes aulas, pela paciência na orientação e pelo incentivo para que fosse possível a conclusão desta Dissertação.

A todos os coordenadores do curso, que puderam nos proporcionar apoio irrestrito durante todo o curso.

A todos os professores, mestres e doutores que fazem parte deste curso, os quais foram tão importantes para a minha formação, como também na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta Dissertação.

A todos os amigos e colegas do curso, pelo incentivo e pelo apoio incondicional constante.

Agradeço, especialmente, ao meu esposo que teve: serenidade, compreensão, cuidado e atenção durante todo o curso, dando-me força e ânimo, nos momentos de dificuldades.

Aos meus familiares que, zelosamente, torceram e me apoiaram para que eu tivesse êxito na conclusão deste curso.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar como se dá o processo de ensino e aprendizagem a partir da utilização do lúdico na educação infantil, com também, averiguar quais as ações e estratégias usadas pelos professores, em seu cotidiano escolar. Buscando ainda identificar as dificuldades enfrentadas em sua prática docente sob a perspectiva do lúdico. Com o propósito de atender aos objetivos propostos, a presente pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo de forma exploratória, tendo como sujeitos da pesquisa 24 professores da rede pública e privada do município de Gravatá-PE. Os métodos utilizados para a coleta de dados foram: observações diretas e questionário investigativo aplicado aos sujeitos constantes na referida pesquisa. Nesse sentido, este estudo buscou ainda investigar como se dá o processo de ensino aprendizagem a partir da utilização do lúdico na educação infantil e delinear quais estratégias podem ser efetivamente utilizadas pelos professores e professoras durante a sua prática docente. Para melhor sistematizar ao que se propunha esse trabalho, inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para assim poder aprofundar os conhecimentos acerca dos temas em questão. Em seguida a investigação pedagógica que se deu mediante a pesquisa "in loco". Depois, deu-se início à intervenção pedagógica, ocorrida em sala de aula com o uso de estratégias e ações lúdicas. Os dados coletados e os percentuais apresentados foram coletados e devidamente mensurados na tentativa de aclarar as análises e interpretações à luz das teorias abordadas. Os resultados permitiram apontar que os educadores que usam em sua prática docente atividades lúdicas valorizam suas aulas, tornando-as mais atraentes, divertidas e interessantes a ponto de despertar, no aluno, o desejo de aprender aquilo que se pretende ensinar. Ainda em conformidade com o exposto, cabe ressaltar que, uma vez imersos nesse universo da ludicidade, poderão ser minimizados os problemas relacionados a aspectos psicológicos e cognitivos. Assim, o aluno passa a ter uma gama de possibilidades de haver uma melhor compreensão do que se pretende ensinar. Assim sendo, o estudante estará predisposto ao aprendizado, tornando-se assim um ser aprendente com uma grande possibilidade de aprender significativamente.

Palavras-chave: Ensino Aprendizagem. Ludicidade. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This work aims to investigate how the teaching and learning process takes place through the use of playfulness in early childhood education, as well as investigating which actions and strategies are used by teachers in their school routine. Also seeking to identify the difficulties faced in their teaching practice from the perspective of playfulness. In order to meet the proposed objectives, the present research is of a quantitative and qualitative nature in an exploratory way, having as subjects of the research 24 teachers from the public and private network of the city of Gravatá-PE. The methods used for data collection were: direct observations and an investigative questionnaire applied to the subjects included in that research. In this sense, this study also sought to investigate how the teaching-learning process occurs from the use of playfulness in early childhood education and to outline which strategies can be effectively used by teachers during their teaching practice. To better systematize the purpose of this work, initially, a bibliographic survey was carried out in order to be able to deepen the knowledge about the themes in question. Then the pedagogical investigation that took place through the "in loco" research. Then, the pedagogical intervention began, which took place in the classroom with the use of strategies and playful actions. The data collected and the percentages presented were collected and properly measured in an attempt to clarify the analyzes and interpretations in the light of the theories addressed. The results allowed us to point out that educators who use recreational activities in their teaching practice value their classes, making them more attractive, fun and interesting to the point of awakening, in the student, the desire to learn what they intend to teach. Still in accordance with the above, it should be noted that, once immersed in this universe of playfulness, problems related to psychological and cognitive aspects can be minimized. Thus, the student has a range of possibilities to have a better understanding of what is intended to teach. Therefore, the student will be predisposed to learning, thus becoming a learning being with a great possibility of learning significantly.

Keywords: Teaching Learning. Playfulness. Pedagogical practices.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de docência na Educação Infantil	54
Gráfico 2 – Curso de mais alta relevância dos pesquisados	56
Gráfico 3 – Definição de ludicidade.....	57
Gráfico 4 - Importância da utilização de jogos e brincadeiras	58
Gráfico 5 – Frequência de atividades com jogos e brincadeiras.....	59
Gráfico 6 – Relevância da ludicidade durante o ensino na Educação Infantil...61	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEB – Conselho da Educação Básica

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PE – Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Contexto histórico sobre a Educação Infantil	17
2.2 Aspectos relacionados à Educação Infantil no Brasil	22
2.3 Educação Infantil e o desenvolvimento integral do sujeito	28
2.4 Metodologias de ensino na Educação Infantil	35
2.5 A Ludicidade e o processo de Ensino Aprendizagem	42
3 METODOLOGIA	50
3.1 Delimitação	51
3.2 População e amostra	52
3.3 Instrumentos de coleta de dados	52
3.4 Processamentos dos dados	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1 Análise dos questionários aplicados aos professores	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Durante o processo de ensino e aprendizagem muitas são as estratégias utilizadas pelos professores na intenção de poder proporcionar ao aluno, que é um ser aprendiz, uma aprendizagem significativa.

Minha pesquisa se encaixa na área de Educação e meu objeto de estudo é avaliar qual a importância do uso do lúdico e das atividades lúdicas como ferramenta didática para a construção do conhecimento na educação infantil, pois muitos são os problemas enfrentados nessa faixa etária, na qual se percebe que, crianças, estão indo, cada vez mais cedo, à escola com pouca experiência e pouca bagagem cultural. Assim sendo, muitos são os aspectos relacionados aos bloqueios naturais que poderão ser resolvidos a partir da utilização de tais ações e aplicações.

Para uma maior percepção do que se propunha a pesquisar, o tipo de estudo que melhor se enquadrava foi a pesquisa básica ou fundamental, pois dessa forma, possibilitou o acompanhamento de todas as atividades aplicadas aos alunos e, assim, poder constatar teoria e prática sendo devidamente trabalhadas com os alunos. Dessa forma, poder fazer uma melhor análise sobre as aplicações das atividades lúdicas durante as aulas na Educação Infantil.

A pesquisa foi estruturada nas Escolas do município de Gravatá - PE, com 24 professores das redes pública e privada de ensino, e teve a duração de seis meses. No que diz respeito à proposta de investigação constante nesse estudo, consiste em descrever como o lúdico poderá contribuir com o processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil tendo, dessa forma, como finalidade principal, poder superar as dificuldades de aprendizagem remetendo-os a outras possibilidades de aprendizagem.

Essa pesquisa busca ainda analisar como o uso do lúdico e a ludicidade poder contribuir para que os professores da Educação Infantil possam minimizar os problemas referentes à aquisição do conhecimento, esperando que haja assimilação e acomodação por parte dos alunos. Sabemos, no entanto, que, os alunos estão ingressando na vida escolar cada vez mais cedo, e o fator idade poderá acarretar muitas situações desagradáveis para os alunos. Acredita-se que as atividades lúdicas poderão contribuir de forma significativa com o desenvolvimento do aluno que precisará do apoio e da dedicação do professor nessa etapa tão importante da sua vida escolar.

É cada vez mais frequente as reclamações sobre “estudar”. Muitos alunos demonstram claramente a pouca vontade de estar em sala de aula, de estar aprendendo como deve ser um ser aprendente. Muitas são as reclamações sobre os fatores relacionados ao conjunto: escola, professor e gestão escolar. Há reclamações que buscam explicar, por exemplo, a dificuldade de aprender determinados conteúdos.

Tais aspectos nos causaram muitas indagações sobre os fatores acima mencionados. Assim sendo, despertou-nos o interesse de ir à busca de respostas que pudessem dar ênfase a tais questionamentos. No que diz respeito a sua relevância para o ensino, acredita-se que a referida pesquisa poderá ser de suma importância para o meio acadêmico, uma vez que professores alunos e demais pessoas interessadas no assunto poderão ter subsídios para poder usar e testar práticas que contemplem as atividades lúdicas durante o processo de ensino aprendizagem.

A importância dessa pesquisa poderá destacar-se nas possíveis comprovações dos benefícios que poderão ser apresentados pelo lúdico em diferentes áreas do conhecimento. É notório que os jogos e as brincadeiras são excelentes atividades a serem usadas durante a aula na Educação Infantil, uma vez que poderá criar oportunidades de mediação entre o prazer de aprender e o conhecimento historicamente constituído. Assim sendo, entende-se que se faz necessário buscar, no processo de ensino, aprendizagem metodologias que possam ajudar de forma significativa.

Sendo assim, em vista dos argumentos ora apresentados, o objetivo geral deste trabalho foi refletir sobre a importância dos jogos e das brincadeiras, numa perspectiva lúdica, no processo de ensino aprendizagem do aluno da Educação Infantil. E para estruturação e melhor assimilação o presente trabalho teve os seus objetivos específicos estabelecidos da seguinte forma:

- Conhecer como se dá a utilização do lúdico na Educação Infantil;
- Identificar os aspectos relevantes na construção do conhecimento do aluno na Educação Infantil;
- Identificar os benefícios das atividades lúdicas na Educação Infantil;
- Descrever como se dá o processo de ensino aprendizagem a partir do uso de atividades lúdicas;

- Analisar a importância do lúdico para a educação e formação da criança;
- Avaliar quais são as vantagens e benefícios obtidos mediante o uso do lúdico durante a construção do conhecimento;
- Realizar um estudo bibliográfico sobre a importância dos jogos e brincadeiras numa perspectiva lúdica, para a Educação Infantil;

Para uma melhor compreensão do marco teórico e para um melhor conhecimento acerca do tema abordado, a presente dissertação foi dividida em três capítulos a pontuar:

O primeiro capítulo, que versa sobre Educação Infantil, apresenta os principais aspectos relacionados a Educação Infantil, sua estrutura e contexto que envolveu a evolução dessa modalidade de ensino no mundo como também no Brasil. Mostra a importância dessa modalidade de ensino entre os séculos XIX e XX, destacando a sua importante contribuição para as famílias e para as crianças envolvidas nessa modalidade de ensino.

O segundo capítulo, intitulado Educação Infantil no Brasil, apresenta, de forma cronológica, como se deu a implantação da educação no Brasil, quais os fatores puderam influenciar para a criação de creches e escolas que passaram a ofertar serviço de apoio a criança abandonada e conseqüentemente aquelas que precisavam do apoio das casas beneficentes e de escolas que se aperfeiçoaram no atendimento a criança.

O terceiro capítulo, que tem como título: Metodologias na Educação Infantil, apresenta as primeiras ideias relacionadas à Educação Infantil, como sendo de cunho pedagógico. Mostra o trabalho de autores psicólogos e pesquisadores dessa área do conhecimento e suas brilhantes contribuições para a edificação e solidificação dessa importante modalidade de ensino.

No quarto capítulo, que versa sobre ludicidade e Educação infantil, destacamos a importância dessa metodologia de ensino que se estrutura a partir de jogos, brincadeiras e atividades potencializadoras de ações visando à aprendizagem do aluno de forma significativa, ampliando um as possibilidades para que o professor possa tornar sua didática atualizada e diferente das demais.

No quinto e último capítulo, BNCC (Base Nacional Comum Curricular), faz uma breve análise de como a Educação Infantil a partir da criação da BNCC, deve ser estruturada e aponta quais os caminhos devem ser seguidos para que a criança seja parte do processo, para que possa atuar como agente formador, podendo,

assim, descobrir-se como cidadão do mundo. A estruturação a partir da BNCC apresenta ainda orientação sobre a Educação Infantil, tanto para escola como para creches.

Dando continuidade ao trabalho, teremos uma apresentação, de forma sistemática, dos principais resultados obtidos, bem como as análises e discussões dos dados colhidos, que foram devidamente coletados a partir de questionários direcionados aos professores, bem como para melhor balizar as demais informações, bem como os seus principais resultados e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto histórico sobre a Educação Infantil

É notório que o futuro está diretamente ligado ao presente, mas em se tratando de pessoas, entende-se o cuidado relacionado às crianças, em especial as da pré-escola que necessitam de cuidado especial e atenção redobrada. Durante a evolução da humanidade e, ao longo dos tempos, colocou-se como responsabilidade da família a educação dos seus filhos, em especial, observa-se o papel da mãe para tal tarefa.

De acordo Oliveira (2007) ao longo dos séculos a educação das crianças era direcionada e supervisionada pela família, tendo na mãe a maior representatividade dessa tarefa. Cobrava-se uma postura bastante séria sobre o perfil das crianças que eram tidas como adultos, apesar de sua dependência na fase do crescimento. Nesse mesmo contexto a criança, nessa fase, passava a executar várias tarefas que eram destinadas a pessoas adultas.

Ainda conforme ensina-nos Oliveira (2007) muitas entidades destinadas a cuidar das crianças desempenhavam um papel de suma importância naquela época, pois lhe cabia a responsabilidade de cuidar e acolher crianças que eram deixadas em lugares destinadas ao seu descarte. Existiam, nesses locais, mecanismos que facilitavam o descarte dessas crianças em locais destinados ao cuidado e acolhimento. Era uma espécie de roda de cilindro oca de madeira que girava de fora para dentro dos locais. Isso fazia com que as pessoas que ali chegassem não fossem identificadas ao deixar crianças no local.

Conforme Piccinin (2012) a cultura de civilizações moldava o modo como as famílias direcionavam a educação doméstica dos seus filhos. Alguns costumes foram herdados da antiguidade. O pai definia o papel a ser realizado pela criança. No mundo grego, por exemplo, o pai detinha o direito inclusive de tirar a vida do próprio filho e impor-lhe total controle sobre sua vida. No mundo germânico o poder social, político e patriarcal aparecia definitivamente no seio da família, que lhe prestavam total obediência.

Ainda conforme a Piccinin (2012), existia uma ideia sobre a condição das crianças nas antigas sociedades, em que se estabelecia que a condição de ser uma criança fosse nula.

A partir dos séculos XV e XVI, surgiram novos modelos educacionais que foram criados na tentativa de poder atender e responder aos desafios estabelecidos pela forma como a sociedade europeia, durante esse período, então se desenvolvia.

O período Renascentista foi de suma importância, pois nele ocorreram vários movimentos, dentre eles, podemos destacar: o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas. Nessa época as evoluções ocorridas puderam estimular uma nova perspectiva sobre a educação voltada a criança e como elas deveriam ser educadas. Nesse contexto alguns autores tais como: Erasmo (1465 – 1530) e Montaigne (1465 – 1530) defendiam um panorama diferente para a educação infantil. Segundo os autores, tais ações deveriam primordialmente estabelecer a relação de respeito, estimular a criatividade, e associar jogos à aprendizagem.

Ainda conforme os autores, Erasmo (1465 – 1530) e Montaigne (1465 – 1530) com a crescente evolução ascendente do século XVIII e XIX, as transformações nos países europeus essencialmente agrários tiveram que se ajustar à forma manufatureira, o que gerava alguns conflitos entre as nações, restando para as crianças vários problemas, decorrentes dessa situação que se tornavam vítimas de maus tratos e abandono em um verdadeiro estado de pobreza.

Conforme esclarece Oliveira (2007), aos poucos foram surgindo em instituições de caráter filantrópico, diferentes formas de atendimento às crianças fora da família que necessitavam de cuidados. Nessa perspectiva as crianças menores de 4 anos eram incluídas em instituições como nas *charity schools* ou *écoles petites*, criados na Inglaterra, França e nos países europeus, segundo o ideário dos movimentos religiosos dá época.

Ainda conforme esclarece Oliveira (2007), as atividades aplicadas produziam comportamentos atitudinais, e tais atividades eram direcionadas para o desenvolvimento da criança em reproduzir bons hábitos de comportamento, regras morais e de valores religiosos. Nesse sentido, entende-se que não havia uma proposta embasada nas questões instrucionais formais, então, dessa forma, buscaram adotar outras atividades que pudessem desenvolver habilidades como, por exemplo: atividades de memorização, de canto e de rezas.

Nesse cenário de expansão industrial e do êxodo do homem do campo para as grandes metrópoles tornava-se maior o número de crianças que eram colocadas nas salas de asilo conforme aponta Oliveira (2007) “nas salas de asilo com modelo

parisiense, foram disseminadas pela Europa e chegava à Rússia, era frequente grupos com muitas crianças, esses grupos poderiam ser de até 100 crianças, que eram condicionados a obedecer a comandos de adultos pelo sinal de apito”. (OLIVEIRA, 2007 p. 61).

Diante de grandes demandas de crianças e dos fatores que impossibilitam o seu crescimento em um ambiente de instabilidade, sem a presença da família, para acompanhar o seu crescimento e formação, favoreceram de forma significativa os pioneiros da educação infantil, e sua importante contribuição para a diminuição dessa realidade e dos índices de mortalidade entre as crianças nesse período.

Muitas foram as transformações ocorridas durante os séculos XVIII e XIX, para que houvesse uma melhor condição de poder acolher as crianças abandonadas, os órfãos e os filhos dos camponeses que eram praticamente obrigados a deixar sobre a responsabilidade única da mulher de poder criar os filhos.

As instituições de acolhimentos foram se adaptando às novas exigências do mercado de trabalho, haja vista que, inicialmente, ensinavam-se as crianças as regras de convivência de boas maneiras e algumas rezas. Percebe-se que no decorrer do tempo a necessidade de mercado aumenta ainda mais a necessidade de ampliar a quantidade de mão de obra qualificada e, nesse sentido, as crianças poderiam no futuro muito próximo poder suprir tais necessidades.

Nesse contexto de evolução e de necessidade de mão de obra a educação infantil, no século XX, teve início estudos científicos na busca de melhor atender as crianças em instituições não familiares.

Como destaca Kuhlmann Júnior (2001) torna-se relevante destacar que no que tange à história das instituições educacionais ao que parece a história das instituições destinadas à educação na pré-escola surge como sendo um conjunto de fatos e influências que embasados em uma proposta educacional que cuidava de crianças carentes. Na possibilidade de poder executar um bom atendimento às crianças percebe-se um acentuado aumento no número de órfãos após a primeira guerra mundial, e as instituições que cuidavam dessas crianças começaram a se destacar.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2001) o período que corresponde à história das instituições pré-escolares, alicerça-se em fatores e influências de ações decorrentes do tempo em que havia uma educação assistencialista, buscando a

partir dela, elaborar propostas voltadas ao âmbito educacional de qualidade para assim poder transpor as barreiras das dificuldades encontradas.

Notadamente pode-se claramente perceber que após conflitos entre nações, houve destaque nos campos da psicopedagogia, com muitas ideias sobre a importância da infância para a criança. Nessa mesma perspectiva surge o movimento da escola nova, que mantinha uma posição contrária às concepções acerca dos princípios norteadores de uma escola voltada apenas para a criança, e não que deveria prepará-las para a vida embasada na visão centrada de adulto, descartando os alicerces de uma Educação Infantil.

Piccinin (2012) destaca que é na infância que a criança poderá desenvolver habilidades, aptidões e características. Nessa mesma ótica se entende que tais transformações são consideradas de suma importância para o desenvolvimento da criança, estendendo-se por toda a sua vida. Ainda de acordo com o autor: na primeira infância está a base para as aprendizagens humanas.

Acrescentando Piccinin (2012), nos ensina que entre o primeiro e o terceiro ano de idade, o desenvolvimento de uma criança, tem influência direta com a sua qualidade de vida, e que tais fatores podem inclusive influenciar a vida adulta em sociedade e no meio em qual estará inserido.

Nessa fase, como aponta Martins (2009) o desenvolvimento da criança se dá por meio de aprendizagens, e, segundo autor: o qual o bom ensino, está presente em processos interpessoais, que devem se antecipar ao desenvolvimento para poder conduzi-lo.

Segundo Bujes (2001), nos séculos XVI e XVII, o surgimento das escolas de educação infantil está relacionado a instituições que tinham como base o pensamento moderno e que tais exigências educativas eram advindas das relações produtivas, vindas da sociedade industrial que, naquela época, precisava de mão de obra barata para a produção de seus bens e serviços.

Ainda conforme Bujes (2001), acrescenta que mediante o surgimento das creches e pré-escolas alguns argumentos sugeriam uma visão mais otimista de infância e de suas possibilidades e, nesse sentido, acrescenta que: a partir de alguns cientistas sobre teorias da educação e comportamentos da criança, puderam contribuir com a atualização dos conhecimentos sobre a educação das crianças. Alguns trabalhos realizados nessa temática foram amplamente utilizados como base

para o trabalho em creches e na pré-escola. Nesse contexto, entende-se que a educação deveria ser pensada.

Diante de tantas situações relacionadas a exigências e obrigatoriedades sobre a educação infantil, creches e instituições de ensino que trabalham com essa modalidade educacional, depara-se com os parâmetros regulamentadores para as estruturas atender melhor a criança em toda a sua plenitude.

Os PBIEI (Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Educação Infantil) apresentam algumas considerações a respeito de tais ambientes para a prática da educação infantil.

Acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional. Tal trabalho baseia-se na escuta, no diálogo e na observação das necessidades e dos interesses expressos pelas crianças, transformando-se em objetivos pedagógicos (MEC, SEB, 2006. p.8).

É notório que esse ambiente deve proporcionar, além de qualquer coisa, um bem-estar à criança em que ela passa a maior parte do tempo interagindo, brincando e aprendendo. As áreas de lazer, estudo e infra estruturas devem estar preparadas para atender a todos as crianças nas mais diversas situações de mobilidade e de necessidades especial. Assim sendo, a palavra inclusão poderá estar sendo amplamente utilizada nessa instituição de ensino.

Além disso, as grandes diversidades existentes no país, tais como as relativas a densidade demográfica, recursos socioeconômicos, contexto cultural, condições geográficas e climáticas exigem uma abordagem de projeto que identifique os parâmetros fundamentais para a qualidade do ambiente das unidades de Educação Infantil e ofereça condições para que as prefeituras criem uma rede de qualidade, adaptando esses critérios de acordo com suas especificidades (MEC, SEB, 2006. p.88).

Ao que parece a revolução industrial não foi exatamente uma solução para a Europa que, mediante tal evolução, foram surgindo vários problemas relacionados à produtividade e produção das fábricas, que necessitava de mão de obra barata e especializada para a realização de alguns serviços e a mulher ocupava lugar de destaque em algumas indústrias e com isso surgiu os problemas relacionados aos seus filhos, amamentação, educação entre outros aspectos.

No Brasil não foi diferente, pois, o progresso demorou um pouco para chegar, mas mesmo assim, as indústrias já tentavam seguir o modelo europeu de conduzir as fábricas e os seus operários. Foi preciso se adaptar ao crescente

desenvolvimento e alguns acordos que foram firmados para que mulheres pudessem trabalhar nas fábricas trouxeram muitos problemas para o poder público, pois cabia às indústrias administrar a demanda de crianças com a criação de creches ou recorrendo a instituições que prestassem esse serviço.

2.2 Aspectos relacionados à Educação Infantil no Brasil

No que concerne à história da Educação Infantil, alguns aspectos acompanham o contexto evolutivo no mundo, com características muito peculiares e com características próprias. Em meados do século XIX, destaca-se que não havia no Brasil atendimento para as crianças pequenas, os cuidados ficavam por conta de alguns fazendeiros e ou pelas instituições de caridade existentes naquela época, quando as crianças eram deixadas na “roda de expostos”.

Conforme ensina-nos Ferreira (1998), algumas mudanças começaram a surgir, logo após o período da abolição dos escravos, tais mudanças que foram surgindo de forma sensível, possibilitaram, assim, condições para o incremento e para o desenvolvimento cultural e tecnológico. Para combater os altos índices de mortalidade infantil surgiram algumas iniciativas isoladas de proteção à criança.

Ferreira (1998), acrescenta ainda que no início do século XX, com a necessidade de poder proporcionar uma melhor qualidade de vida, e porque não de sobrevivência diante do contexto de crescimento, o Brasil começa a intensificar a urbanização e a industrialização, promovendo mudanças nas estruturas familiares tradicionais. Percebe-se que com tais evolução e interferência nas famílias, pois muitas mães trabalhavam em fábricas, o que levou a necessidade de encontrar soluções para acompanhamento dos seus filhos.

De acordo com Ferreira (1988), em 1922 o pensamento liberal existente criou um movimento denominado de escolanovismo, que apresentava uma proposta de pensamento liberal e democrático, em que o princípio norteador estava em defender a implantação de escolas públicas para todos. Após esse evento, destaca-se a importância dos educadores, que diante de tais problemas, passaram a se preocupar com a qualidade do trabalho pedagógico.

Ferreira (1998), destaca que desde a década de 30, no Brasil já existia algumas instituições oficiais voltadas ao cuidado e à proteção da criança. Mas, foi na década de 40 que houve uma preocupação por parte dos governantes apresentando

propostas na área da saúde, previdência e assistência. Tais instituições não eram vistas com boa aceitação pelos familiares que precisavam desse tipo de serviço.

A necessidade por um lugar para deixar as crianças com uma educação de qualidade já era uma realidade naquele tempo, e muitos fatores puderam contribuir com as normativas e diretrizes para a Educação Infantil e Pré-escola. A demanda por serviços e a ascensão da mulher no campo de trabalho promoveram vários questionamentos. Na segunda metade do século XX, especificamente em 1961 foi aprovada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) aprovada em 1961 a Lei 4024, aprofundou a perspectiva sobre a criação dos “Jardins de infância”.

Em decorrência da necessidade de espaços destinados a atender as crianças alguns teóricos defendiam a importância do Jardim da Infância conforme nos ensina Conrad (2000):

O Jardim-de-infância de Froebel foi sustentado pelo pressuposto de que a comunhão das crianças pequenas entre si já oferece grande potencial educativo. A educação escolar deve ser antecipada pelo cuidado especial das forças mentais da criança pequena, Froebel dá continuidade aos pensamentos de Pestalozzi de uma educação materna. Ele estuda e pesquisa leis da natureza e tenta com isto interpretar o desenvolvimento do homem (CONRAD, 2000, p. 55).

Conrad (2000) acrescenta que se percebe, assim, que o desenvolvimento do homem dá-se desde o início da sua educação. A educação, não faz o homem bom, mas tem o objetivo de proteger a criança de modo que sua natureza não seja direcionada de forma errada, pois segundo o autor:

[...] Froebel considerou o jardim-de-infância como primeira etapa de um ensino educacional unificado direcionado a todos. [...] com isso fica evidente que seu jardim-de-infância não se reduzia ao atendimento de crianças, cujas mães trabalhavam, mas como instituição para todos e longe do modelo vigente de uma infância apenas cuidada para proteger (CONRAD, 2000, p. 55).

Apesar de haver divergências por alguns entre jardim de infância e creche, no Brasil, atualmente, as creches oferecem uma condição de estudo de cuidados e que tornou-se de suma importância para a população, uma vez que possibilita às famílias uma segurança e confiabilidade em ter seus filhos em um lugar que, além de cuidar, proporcione uma educação de qualidade sob a perspectiva inicialmente da LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e nos dias atuais a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que sugere os pilares norteadores da educação nacional.

No que concerne às creches, segundo Krammer (1987):

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças (KRAMMER 1987, p. 23).

Com o apoio de parte do ideário liberal, e com a proposta de construção de um Brasil moderno, final do século XIX, os intelectuais conseguiram assimilar os preceitos do movimento Escola Nova, visando oferecer a Educação Infantil uma proposta moderna. O primeiro jardim de infância privado foi fundado em 1875, no Rio de Janeiro, sendo seu precursor o médico Joaquim José Menezes Vieira.

Conforme relata sobre o primeiro jardim de infância, Bastos (2001) acrescenta que:

Em 1875 instala, juntamente com sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira, um jardim de crianças no Colégio Menezes Vieira, situado na Rua dos Inválidos, nº. 26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, especialmente construído no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, leitura, história, geografia e religião (BASTOS, 2001, p.32).

Conforme Rocha (1999) no século XX, algumas mudanças foram significativas para a educação brasileira, das quais podemos destacar o carinho como foi tratada a questão da educação infantil. O movimento Nova Escola, apresentou uma proposta inovadora e renovada, buscando atender as mudanças ocorridas no contexto socioeconômico e político do país. A partir desse contexto de mudanças e renovação na educação brasileira começou um processo de organização e condução na forma de educar a criança pequena, pois até então, seguia-se o modelo europeu de ensinar.

Ainda conforme nos ensina Rocha (1999), O surgimento da pré-escola no Brasil, deu-se sob a ótica e sob as bases alicerçadas da herança dos europeus, que apresentaram uma forma de pensar a educação de crianças diferente dos modelos tradicionais de ensino. Isso representaria uma oportunidade para que os currículos fossem adequados à necessidade de cada país ou região, conforme o seu contexto sociocultural.

Muitas mudanças ocorreram durante muitos anos, nesse sentido, cabe ressaltar a importância de leis e diretrizes que pudessem estruturar a educação básica no Brasil. Desde o seu início, já nas primeiras ideias referentes à formação de um currículo capaz de abranger e estruturar a educação nas escolas e instituições de ensino que oferecem o serviço educacional.

A criação das DCNEI pode estruturar e dar um norte às questões balizadoras da educação infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), resolução CNE/CEB nº 5/2009 em seu artigo 4º, definem a criança como sendo sujeito histórico que detém direitos, sendo capaz de construir a partir de suas vivências seu universo a partir do seu cotidiano e de saberes advindos dessa relação. Nesse contexto, o aluno pode, a partir de suas observações, dar sentido à natureza e à sociedade em que está inserido.

Sobre os direitos e obrigações da criança e do adolescente e sua relação com os demais sujeitos do seu contexto educacional, apresenta no seu artigo 9º das DCNEI, nos mostra que a educação básica como sendo um conjunto de ações e brincadeiras e vivências do seu cotidiano que as crianças apropriam-se de conhecimentos e interações com seus pares ou com adultos, adquirindo, assim, aprendizagem desenvolvimento cognitivo e socialização em seu meio.

Segundo a BNCC (2017) a criança tem como base, direitos e obrigações no que tange a sua aprendizagem e desenvolvimento seis ações que estruturam sua convivência e permanência na escola e na família que são: convivências, brincadeiras, participação em atividades diversas, explorar, expressar sentimentos e atitudes e conhecer a si e aos outros. Nesse sentido, pode-se entender que a criança adquire o conhecimento a partir de ações e situações que o possibilita desenvolver um papel ativo nas vivências desafiadoras.

Esperava-se que no período de 1945 a 1964, fosse marcado pela crescente e acelerada economia que ocorria em outros países. Algumas mudanças ocorridas no modelo econômico, de outros países. Nessa época o sentimento de nacionalismo predominava em todas as esferas da sociedade e, assim sendo, algumas divergências sobre a internalização da economia, decorrentes da vinda de algumas multinacionais que foram instaladas no Governo Kubitschek (1956-1961).

Nesse cenário de transformação econômica e internalização da economia se deu início ao debate a respeito do projeto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação que levou 13 anos para ser homologada.

Em maio de 1943, com a consolidação das Leis de Trabalho (CLT, Lei nº 5.452, o Governo Federal, instituiu os direitos trabalhistas da mãe trabalhadora lactante (art. 389). Esse artigo estabelece que toda a empresa com mais de 30 mulheres, funcionárias, na faixa etária entre 16 a 40 anos, tinha por obrigação ter creches próprias ou recorrer a convênios com entidades especializadas.

Segundo Merise (1997), sobre a concepção de assistencialismo ressalta que:

É possível identificar, principalmente no que diz respeito às creches, a permanência nessas iniciativas, de uma concepção assistencialista, pois o serviço oferecido parecia ser uma ajuda para garantir a concessão trabalhista para a mulher trabalhadora, e não como um direito garantido pela CLT (Consolidação das Leis do trabalho). Para algumas empresas esse benefício era visto como um benefício ou uma concessão trabalhista para a mulher trabalhadora, não como um direito do trabalhador (MERISSE,1997, p.43).

A LDB (1961) Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4024/61) foi aprovou a inclusão dos Jardins-de-infância no sistema de ensino brasileiro. Sendo assim, de acordo com a Lei, estabelece que:

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância. Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativas próprias ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária (LDB, 1961, p. 17).

Notadamente percebe-se que embora os jardins-de-infância tenham sido incluídos na educação básica, não significaria que isso seria de obrigatoriedade do poder público. Pois em meio à organização tudo parecia ser novo e precisaria de uma maior organização e estruturação para poder ofertar à população essa modalidade de ensino.

Conforme nos mostra Oliveira (2002), com o governo militar, em 1964, a moralidade de ensino para a criança começa a sofrer algumas alterações dentre as quais podemos apontar: Houve mudanças na consolidação das leis de trabalho em 1967, com uma atenção maior ao atendimento aos filhos dos trabalhadores que eram vistos apenas como uma questão de organização dos berçários; abertura a novas empresas para que elas pudessem ofertar o mesmo tipo de serviço por meio de convênios. Observa-se nesse período certa negligência por parte do poder público que não se preocupava em fiscalizar a oferta de berçários pelas empresas.

Ainda de acordo com Oliveira (2002) a Lei 5692, aprovada em 1971, foi novamente direcionada à Educação Infantil e, nesse sentido, observa-se que a ela está inserida no artigo 24, da Lei 4024. Já no parágrafo 2º, do art. 19, podemos entender que os sistemas valerão para as crianças de idade inferior a 7 anos que recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância ou instituições equivalentes.

Com o avanço e aumento das populações as classes sociais foram se moldando conforme sua renda e de acordo com os bens adquiridos. Nesse sentido, havia nessa época a diferenciação entre escolas maternas e jardins de infância como creches; esses termos se aplicavam conforme a classe social em que a criança estava inserida.

Conforme Sousa (2000) em 1972, algo que preocupa a população era justamente a quantidade de crianças matriculadas nas pré-escolas em todo o país. Nesse sentido, havia um verdadeiro descaso em relação à Educação Infantil enquanto política educacional. O grande problema em questão dava-se na forma como seria a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade e como se daria essa educação, pois alguns fatores foram levados em consideração uma vez que havia a necessidade de retirar dessa modalidade a ideia de assistencialismo, colocando a partir de então o caráter educacional formativo pois assim sendo muitas instituições de ensino infantil já apresentassem várias características pedagógicas.

Sousa (2000) ensiná-los que o notório interesse por parte dos governantes sobre a educação da criança começou a ganhar uma maior aceitabilidade a partir da década 1970, quando houve um crescente aumento do número de estudiosos e pesquisadores que se propuseram a estudar e pesquisar sobre o tema e a forma de como se daria essa modalidade de ensino de forma bastante eficaz, mas também a adequadas propostas pedagógicas desenvolvidas com base em teorias educacionais, psicológicas e sociais. Entre as décadas 70 e 80, começou a ganhar força em São Paulo o Movimento de Luta por Creches.

Segundo Merisse (1997), sob a influência do feminismo o movimento de luta por creches apresentava suas reivindicações ao poder público, nelas destacava-se a ênfase dada aos direitos sociais e à cidadania. Sob essa condição ganhou ainda mais significado enquanto instituição, sob essa perspectiva, a creche começa a ganhar destaque e a aparecer como sendo uma possibilidade de atender às necessidades educacionais da criança pequena.

Ainda Conforme Merisse (1997) nesse mesmo sentido percebe-se que as creches começaram a se destacar não apenas pelas suas importâncias, mas também porque não era mais tida como um mal necessário, mais sim, como uma alternativa viável as famílias das crianças que se preocupavam, além de tudo, em cuidar das crianças.

Conforme aponta Oliveira (2005) esses movimentos conseguiram despertar a atenção e, conseqüentemente, preocupação dos governantes, uma vez que a pauta de reivindicações buscava ainda mais acentuar a luta pela educação e os direitos da mulher trabalhadora.

Ainda conforme nos ensina Oliveira (2005) diante de tantos avanços e questionamentos sobre a importância das creches e da educação infantil o RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil). Foi duramente criticado a respeito de sua construção, pois na sua proposta a educação deve ser construída pelos seus sujeitos. Igualmente entende-se que o referido referencial é um documento constituído por um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir de forma significativa para uma maior implementação da prática educativa.

2.3 Educação Infantil e o desenvolvimento integral do sujeito

Muitas foram as mudanças ocorridas na área da educação, as constantes mudanças de cenário político, social e econômico alavancaram uma série de questionamentos e de propostas a serem avaliadas para tornar o ensino público de qualidade e fazer educação voltada para uma prática integradora, colocando o aluno como centro da atenção das propostas relacionadas à grade curricular como também do fazer e da prática docente.

Muitos são os aspectos relacionados ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Segundo alguns teóricos da educação, a formação do homem tem início na sua primeira infância, ou seja, na Educação Infantil. É notória a importância da educação infantil na formação da criança, uma vez que os aspectos e conceitos aprendidos nessa modalidade de ensino irão servir para toda a vida do indivíduo o

qual passará a ter uma base pautada em princípios e relações de convivência e atitudes aceitáveis no âmbito sociocultural da humanidade.

A nova BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017), dá um salto histórico de qualidade na Educação Infantil ao reconhece-la como uma etapa essencial na formação das pessoas e ao estabelecer direitos de aprendizagem para crianças de 0 a 5 anos. O documento também inova ao reconhecer essa etapa da Educação Básica como fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da criança. “O importante é criar condições para a formulação de perguntas. As crianças precisam pensar sobre o mundo ao seu redor, desenvolver estratégias de observação, criar hipóteses e narrativas” (BNCC, 2017, p. 4).

Com base na BNCC (2017), fica clara a ideia que estrutura a base para a Educação Infantil, notadamente percebe-se que a Educação Infantil não pode mais ser vista como uma forma de ocupar a criança naquele determinado horário. É preciso que, uma vez inserida no contexto escolar, a criança deva ter acesso a uma gama de possibilidades para aprender e se tornar um ser capaz de pensar, agir e interagir independente de sua realidade sociocultural.

Para a estruturação do aprendizado da criança a BNCC (2017), apresenta uma série de modificações para poder atender de forma integral a Educação Infantil. “O importante é criar condições para a formulação de perguntas. As crianças precisam pensar sobre o mundo ao seu redor, desenvolver estratégias de observação, criar hipóteses e narrativas (BNCC, 2017, p. 4).

Igualmente pode-se acrescentar que tais estratégias sejam estruturadas a partir da realidade da criança. Isso diz respeito a tentar buscar situações, discussões e reflexões sobre o seu meio e as possíveis relações com o seu cotidiano. A BNCC (2017) apresenta e estabelece seis direitos de aprendizagem. Torna-se, dessa forma, de fundamental importância o professor ter acesso às informações sobre os direitos estabelecidos pela BNCC, para a Educação Infantil.

A BNCC (2017) estabelece os seguintes direitos obrigatórios para a aprendizagem da criança: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer. Os direitos relacionados abrangem um leque de possibilidades e de ações capazes de tornar a criança um ser com condições de viver no âmbito da sociedade, das quais destacam-se: conviver com outras crianças e adultos; brincar cotidianamente em diversos espaços e de formas diferentes; participar das propostas planejadas pela escola; explorar movimentos, gestos, formas cores e

sons; expressar, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas e opiniões; conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento.

Conforme a BNCC (2017), essa exigência abrange um campo ainda maior quando, a partir das exigências, a escola e o professor buscam formas e meios para adaptar tais considerações e exigências à Educação Infantil. O conjunto de ações vai além do que se imagina, quando da realidade de uma sala de aula, pois quando se coloca em prática o que se recomenda esses aspectos podem ser identificados e comprovados a partir das observações e constatações logo após a realização de alguma atividade envolvendo os alunos.

Percebem-se claramente as intenções da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), quando prioriza e estabelece seis exigências para a Educação Infantil. Observa-se que, na sequência, como foi estabelecido, prioriza-se que a criança tenha possibilidade para interagir, brincar e conviver.

Segundo Piaget (2001), em cada período da vida, o brincar acontece de um jeito e se adequa à faixa etária específica, auxiliando no desenvolvimento necessário para aquela etapa. A criança de 03 a 04 anos está passando pela primeira infância, ou seja, período pré-operatório, fase em que o desenvolvimento mental é aprimorado por meio da interiorização da palavra com a formação do pensamento e interiorização da ação.

Durante a primeira infância, Piaget (2001) relata a passagem por três modificações na conduta infantil, a socialização de suas ações, a gênese do pensamento e a intuição. Na socialização de suas ações a criança passa a observar a ação dos demais, utilizando fatores de trocas de comunicação. Mediante a interação e comunicação com adultos surgem fatores de subordinação e submissão devido a certa coação espiritual que o adulto exerce, tornando seus exemplos modelos que a criança geralmente deve copiar e se igualar.

Vygotsky (2007) salienta que:

[...] o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual da sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento (VIGOTSKY, 2007, p.122).

Destacam-se nos três últimos tópicos das exigências para Educação Infantil, conforme a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) traz, o protagonismo da criança em seu meio sociocultural uma vez que busca desenvolver na criança aspectos relacionados à expressão, conhecer e explorar. A forma como serão abordados tais conceitos é de suma importância, uma vez que se percebe que são três conceitos que desenvolvem na criança a sua percepção de se tornar capaz de: expressar-se, pesquisar, explorar, estruturar-se e desenvolver aspectos cognitivos capazes de eliminar o medo, a timidez e a insegurança.

As DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil) A Resolução CNE/CEB nº 5/2009, menciona os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica como:

Interações e as brincadeiras, são experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2017, p. 35).

Fica evidente a importância da Educação Infantil para a formação da criança que, em sua fase de desenvolvimento cognitivo, necessita de orientação e ensinamentos capazes de torná-lo um ser capaz de viver em sociedade com um leque de conhecimentos e habilidades para o seu desenvolvimento como pessoa em sociedade.

Observa-se ainda que, a partir das brincadeiras e das ações que envolvem a criança a partir de situações que buscam desenvolver habilidades de cooperação, ajudam conhecer regras, direitos, deveres e obrigações no contexto educacional, mas com os conhecimentos pautados de sua realidade social.

Com a intenção de ampliar ainda mais a qualidade da Educação Infantil, a BNCC (2017) apresenta ainda cinco exigências, para dar sustentação ao conhecimento e à aprendizagem da criança, tais exigências estão pautadas em cinco pontos destacados sobre os campos de experiência da criança conforme as exigências: A convivência em grupos; Gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações (BNCC, 2017, p.5).

Ainda conforme a BNCC (2017), as exigências relacionadas buscam promover a construção da identidade e da subjetividade do aluno, a partir das suas experiências de conhecimento de si mesmo. Buscam ampliar situações que

envolvam brincadeiras que explorem o espaço com o corpo e as diferentes formas de se movimentar; buscam ainda estabelecer relações do aluno com as diversas formas culturais e a sua assimilação em diferentes contextos.

Não se pode negar que tais ações potencializam o conhecimento da criança servindo de alicerce para os anos seguintes em que serão acrescentados novos conhecimentos e a ampliação das ações propostas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tais conhecimentos, advindos dessas experiências da educação infantil poderão ser observados a partir dos trabalhos dos professores e das metodologias utilizadas durante as aulas.

O aluno, uma vez inserido no contexto escolar, passa a usufruir de conhecimentos que lhe acompanharão durante toda a sua existência e, assim sendo, entende-se a importância da educação infantil para a vida do aluno e para a sociedade como um todo.

Tais direitos foram garantidos a partir de políticas públicas que garantissem à população uma educação de qualidade principalmente na educação básica, pois entende-se, dessa forma, como sendo um dos aspectos centrais para essa primeira etapa da educação, pois deixa clara a obrigação do Estado de oferecer esse atendimento ao aluno, bem como o direito da criança de zero a seis anos de receber essa educação em creches e pré-escolas, que de acordo com o:

Art. 208 da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Andrade (2010), nos evidencia que ao garantir esse novo direito, que é a Educação Infantil, a Constituição Federal impõe ao Estado também um novo dever. Esse direito representou uma conquista das discussões e reivindicações dos movimentos sociais em geral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), foi elaborado e sancionado em forma de lei logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e estabeleceu garantias e direitos para a infância e a adolescência. Assim, a Constituição de 1988 e o ECA mudaram o panorama da criança e do adolescente no Brasil, especialmente no tocante às políticas sociais, pois foi a partir deles que foram legalmente reconhecidos esses direitos, os quais podem ser exercidos junto à família,

à sociedade e ao Estado.

Os direitos assegurados pelo ECA constituem a chamada proteção integral, pela qual as crianças e adolescentes devem ser protegidos juridicamente nos aspectos, saúde, a educação, transporte, lazer e cultura. Nos artigos 3º e 4º tem-se uma dimensão da importância conferida a esses dois grupos etários, o das crianças e o dos adolescentes ao estabelece-se no Artigo 3º, que as crianças e adolescentes tem todos os direitos atribuídos à pessoa humana, já no Artigo 4º, acrescenta que é dever da família, da comunidade e da sociedade, como um todo, e do poder público assegurar às crianças e adolescentes com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos referentes às necessidades básicas como: saúde, alimentação, educação, esporte e lazer.

Segundo Andrade (2010) o ECA enfatiza e garante amplamente a educação infantil para todas as crianças, pois em vários de seus artigos consta a ideia de garantia de prioridade ao atendimento a esses direitos; mas, na prática, isso ainda está muito longe de ser alcançado, pelo descaso do Poder Público em cumprir suas metas, deveres e obrigações decorrentes de suas políticas neoliberais e de interesses de classes antagônicas, utilizando-se de mediadas sutis, como descentralizar e focalizar, culpar o indivíduo para desviar as atenções e responsabilizar os outros por aquilo que ele mesmo deve oferecer.

A partir do PNE (Plano Nacional de Educação) determina-se que é necessário e obrigatório:

Ampliar a oferta de Educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos (Meta 1) (BRASIL, 2001, p. 42).

Silva et al. (2016), baseado em fundamentos saudáveis e sólidos da construção da personalidade da criança nos primeiros anos de vida, podemos dessa forma garantir a ampliação de aptidões e grandezas as quais irá ajudá-lo de forma positiva na construção de conceitos pautados na construção de valores, habilidades, que podem ir, aos poucos, construindo a sua personalidade, que envolve o desenvolvimento pessoal, social e intelectual da criança.

Mantendo a mesma linha de raciocínio sobre a formação da personalidade da criança na educação infantil, Ramos(1991) afirma que:

Uma vez educada em um ambiente onde se respeita a verdade, se cumprem as promessas onde a honestidade e verdade são pilares norteadores, é natural que a criança se adote ao meio entendendo o conceito e regras existentes (RAMOS, 1991, p.137).

Está claro que a família é a base da sociedade e que os primeiros ensinamentos que a criança recebe são os pais, seguidos da família, sociedade e escola. Nesse sentido, entende-se que educar não se pauta apenas desenvolver o potencial para aprender, mas sim de todo o conhecimento advindo do seu meio social e cultural e, assim sendo, a família representa papel fundamental na construção do conhecimento da criança, uma vez que passa a ver o mundo sob a ótica dos bons princípios e dos bons costumes.

Álvares (2016), os valores devidamente construídos e aprendidos na Educação Infantil, diz respeito a conceitos fundamentais ao ser humano. O saber perder, o saber ganhar, perceber a relação de certo e errado, mal e bom presentes nas relações humanas. Tais conceitos relacionados à formação da criança são trabalhados conjuntamente entre família, escola e sociedade, pois, a partir de ações, práticas e metodologias podem desenvolver na criança valores essenciais a convivência em sociedade.

Ainda conforme Álvares (2016), entende-se que é na escola de Educação Infantil que é exercida uma grande influência na formação da criança e a sua personalidade busca fazer conhecer os valores essenciais ao ser humano. É por meios da escola, família e sociedade que a criança aprende a lidar com os seus desejos, a renunciar seus hábitos e exigências, tornando-se assim tolerante nas suas possíveis frustrações, modificando dessa forma o seu comportamento.

Álvares (2016), os valores construídos e aprendidos na fase infantil, correspondem à aprendizagem de conceitos como certo e errado, mal e bom presentes nas relações humanas. São trabalhados através do conjunto entre sociedade e o próprio indivíduo, mediante valores culturais e hábitos morais que ajudarão na construção do seu próprio eu. Nessa visão, a educação moral assume um importante papel na socialização. Valores como justiça, liberdade e igualdade aprendidas pelo sujeito no ambiente escolar, serão imprescindíveis na formação da personalidade.

Ainda conforme Álvares (2016), a escola de educação infantil exerce grande influência na formação da personalidade e na construção dos valores. É através dela que a criança aprende a lidar com seus desejos, a renunciar seus hábitos e

exigências e a ser tolerante em suas frustrações, modificando seus comportamentos que são os traços da sua personalidade e que vêm a ser estabelecidos no decorrer de sua trajetória pré-escolar. Cabe ao professor em sala de aula influenciar e corrigir a postura do aluno no que se referente ao comportamento que é traço da personalidade consolidado na escola.

De acordo com Silva et al. (2016), cabe ressaltar que na sua trajetória pré-escolar, o papel do professor trona-se de suma importância uma vez que passa a ser muito mais que um mero transmissor do conhecimento, pois a partir dele busca-se ensinar aos alunos conhecimentos e regras que irão lhe permitir agir corretamente, nas mais diversas situações do dia a dia. Observa-se ainda o importante papel do professor nesse sentido quando, uma vez imersa pelo o conhecimento adquirido na escola, a criança passa a produzi-lo em sua casa e em seu meio, e dessa forma entende-se que implicitamente torna-se um colaborador do meio sócio cultural em que vive.

É notório que faz necessário ir a busca de meios e formas para potencializar a educação das crianças na fase da educação infantil, destacando a necessidade de um ensino que busque o desenvolvimento da criança voltados a prática dos bons hábitos de costumes aceitáveis ao convívio social. Acredita-se que através dessas ações poderá haver a construção da personalidade da criança uma vez que tais ensinamentos prevalecessem durante toda vida do aluno.

2.4 Metodologias de ensino na Educação Infantil

Desde o início das primeiras considerações feitas a respeito da educação infantil, em especial à creche e à pré-escola, percebe-se o incansável trabalho de pesquisadores, estudiosos e psicólogos, que buscaram respostas para as perguntas advindas da problemática relacionada a educação das crianças nos séculos XVIII e XIX. As metodologias de ensino foram se adaptando conforme a necessidade de ajustar o conhecimento necessário as práticas docentes, pois nesse sentido caberiam as instituições se adequar as transformações necessárias a uma educação de qualidade com o devido acompanhamento às crianças.

Alguns teóricos da educação apresentam suas considerações a respeito de metodologias educacionais. Assim, Segundo Vygotsky (1998) no que se refere ao conhecimento na educação infantil, afirma que as crianças se desenvolvem e

aprendem através das brincadeiras e brinquedos, pois através deles, elas conseguem representar uma situação cotidiana desenvolvendo, portanto, o seu raciocínio lógico estimulando a sua mente.

De acordo com Oliveira (2005) o processo mental consegue registrar informações propostas pelos professores mediante atividades como, por exemplo, brincadeiras e jogos, propostos a fim de poder proporcionar uma educação em que o aluno se torna capaz de ser um ser aprendente de situações das mais simples às mais complexas, começando assim a fazer sentido para a criança.

Ao incorporarem os signos elaborados pelos grupos sociais como forma de registrar e transmitir determinadas informações no processo de trabalho, as ações humanas vão-se tornando mais complexas. Assim como o uso da pá modificou a ação dos membros superiores do corpo do homem primitivo, hábitos de observar os astros e as estrelas no céu, tal como os pescadores o fazem, por exemplo, modificam a capacidade de orientação espacial do indivíduo (OLIVEIRA, 2010, p.131).

Ainda de acordo com Oliveira (2010), a Educação Infantil pode ter no seu contexto várias metodologias que proporcionam uma função muito importante no processo de ensino e aprendizagem das crianças, pois poderá, a partir delas, potencializar o desenvolvimento infantil que irá por em prática o método de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a partir de diferentes metodologias utilizadas, as crianças poderão desenvolver atos cooperativos como imitações, disputa de objetos, diálogos, brigas, entre outros comportamentos. São a partir deles que a criança poderá ter grandes desenvolvimentos, com situações frequentes que poderão aparecer no seu cotidiano como também na creche, pré-escolas e ambiente familiar.

Conforme nos ensina Salgado Souza (2012), torna-se de grande importância destacar que o professor se tornou protagonista nesse processo, pois cabe a ele saber lidar com essas fases e condições de desenvolvimento da criança, pois elas assim sendo, entendem a necessidade de sua convivência com o seu meio, podendo inclusive lidar com situações problemas.

Ainda conforme Salgado Souza (2012), cabe ao professor buscar meios e formas para possibilitar ao aluno situações que permitam sua aprendizagem. Nesse sentido, podem-se destacar situações como brincadeira, jogos, ações e interações de forma participativa com outras crianças. É pertinente ao professor usar seu

espaço para que a criança se sinta parte do contexto educacional, em que o que se aprende tenha relação direta com o seu meio e cotidiano.

Dentre tantas atribuições dadas ao professor, cabe ressaltar seu papel não apenas de mero transmissor do conhecimento, mas também de observador de sua e avaliador de suas práticas e ou metodologias adotadas durante a aula e, por sua vez, observar também a evolução do aluno sobre a aquisição do conhecimento. É notório que o educador tem um papel de suma importância na formação da criança, assim sendo, cabe-lhe, porém a partir dos seus conhecimentos buscar desenvolver atividades que possam potencializar suas habilidades e capacidades tais como: motora, emocionais, cognitivos e sociais, inserindo a criança na sociedade.

Oliveira (2010), afirma no que se refere à palavra “brincar”, imediatamente buscamos reunir algumas características referentes a ação que sugere como sendo uma atividade em que se destacam os aspectos de lazer e do prazer. Nesse sentido, temos que concordar que o brincar vai além de uma mera atividade recreativa e que nela exista apenas a participação da criança. Não se pode pensar em brincadeiras sem prazer, pois uma vez imersa sobre esse sentimento a criança sente mais vontade de brincar. Isso decorre de como essas atividades estão sendo administradas pelo adulto, pais ou responsáveis.

De acordo com os PCNs (1998) torna-se necessário que as crianças durante o processo de construção do conhecimento deve vivenciar atividades em que o lúdico esteja presente, uma vez que nessa fase as crianças podem se desenvolver através de brincadeiras, jogos e atividades, pois é por meio da diversão que surgem seus interesses e compreensão de suas noções de aprendizado.

Ainda conforme os PCNs (1998) o lúdico em seu contexto, através de jogos, brincadeiras e atividades que envolvam as crianças podem possibilitar a reconstrução de elementos, obter diferentes significados, fazer novas amizades.

Oliveira (2010) acrescenta que o seu desenvolvimento poderá se dar através do mundo de faz de conta, onde ela faz tudo aquilo que ela gostaria de fazer. A criança ao mergulhar no seu mundo da imaginação, tem a possibilidade de interrelacionar com mundo dos adultos, pois elas usam a imaginação para brincar mergulhando assim no mundo da imaginação. As relações e observações feitas pelas crianças são reproduzidas em várias situações em que ele se coloca no papel do adulto ou mesmo reproduz coisas do seu cotidiano, relacionadas a família a amigos entre outras coisas.

Nos dias atuais, percebe-se que a metodologia tradicional utilizada nas escolas é aplicada pelo professor, transmissor do conhecimento, que busca, através de exercícios e atividades, exercer uma relação de autoritarismo, obrigando o aluno a cumprir com os seus deveres e obrigações. Nesse sentido, a criança ver-se imersas em situações de insatisfação e pode, nesse caso, acarretar diversos problemas relacionados à aprendizagem do aluno.

Nota-se nesse contexto educacional entre professor e aluno, que se faz necessária uma atenção redobrada para com as coisas do cotidiano da criança que podem, de forma silenciosa, passar despercebida e, como boa parte do seu tempo passa justamente na escola, com os professores. É nesse convívio de sala de aula que o professor poderá identificar possíveis falta de informação sobre determinado conhecimento necessário à criança e que possivelmente não foi assimilado ou familiarizado por ela.

Piaget (1995), acrescenta ainda que na assimilação o indivíduo usa as estruturas que já possui, ou seja, os conhecimentos prévios. Aprender consiste também na tentativa do indivíduo em solucionar uma determinada situação problema a partir da estrutura cognitiva que ele possui naquele momento específico da sua existência.

Entende-se, assim, que corroborando com os ensinamentos de Piaget, o professor tem um papel de suma importância para o desenvolvimento da criança, uma vez que a criança passa boa parte do tempo na escola. Assim sendo, pode o professor perceber se houve assimilação ou mesmo familiarização dos conteúdos e conceitos apresentados pelo professor.

Para Oliveira (2010), a psicologia historicamente, vem apresentando diferentes concepções acerca do desenvolvimento do ser humano. Tais concepções buscam responder como cada um chegou a ser aquilo que é, e mostrar quais os caminhos abertos para mudanças nessas maneiras de perceber, quais as possibilidades de cada indivíduo para aprender. Isso decorre da importância do meio para a formação e estruturação do ser aprendente.

Ainda conforme Oliveira (2010), a assimilação ou a familiarização durante o processo de ensino e aprendizagem acontece quando a criança consegue fazer conexões com o que se ensina com o que se tenta aprender. Torna-se imprescindível ao professor buscar se apropriar de como cada criança aprende e sua evolução a partir dos conteúdos devidamente ministrados na sala de aula.

De acordo com Ferreiro (2011), aceitar a realidade dos processos de assimilação da criança implica diretamente em entender que a aprendizagem requer de outras informações para que haja a assimilação do novo. Nesse sentido cabe ressaltar que tais conhecimentos formam uma espécie de estrutura cognitiva para a criança.

Um dos fatores que se tornam necessários no que tange ao conhecimento e aprendizagem significativa da criança é a motivação. Entende-se que a criança motivada poderá tomar gosto pelo que se pretende ensinar, tornando-se cada vez mais mergulhada no universo da aprendizagem e, nesse sentido, a assimilação e a acomodação se dão de forma significativa.

Durante o processo de desenvolvimento das atividades, tais como: interpretar uma história, a criança deve, por exemplo, está motivada a realizar essa tarefa de forma mais segura e consciente, pois acredita-se que uma vez motivada pode inclusive acrescentar detalhes e características ao que se propõe fazer.

É notório que a motivação para o homem é um dos fatores em destaque, pois observa-se que várias são as possibilidades de usar tais habilidades. Se se sentir motivada a criança poderá despertar sentimentos e ações que, muitas vezes, estão escondidos e contidos no universo de cada um, uma vez que não conseguem desabrochar todo o seu potencial.

De acordo com Braslavsky (1993), a motivação é uma das formas para facilitar todo o processo de ensino e aprendizagem, portanto alguns conteúdos ou mesmo ações não são efetivamente importantes para a criança. Entende-se que uma vez motivada poderá despertar o desejo de fazer mais coisas diferentes e mostrar todo o seu potencial e sua desenvoltura nas atividades, pois na escola ela tem uma atenção maior do professor que o auxilia no seu desenvolvimento, ajudando no seu desempenho.

Destaca-se o importante papel do professor na formação da criança e do adolescente, que, em suma, deve estar atento às transformações que ocorrem no seu cotidiano escolar. É pertinente ainda salientar que nos dias atuais não é aceitável que profissionais da educação sejam apenas um transmissor do conhecimento sem a devida interação e participação com o seu contexto e com a realidade que o cerca.

Ainda cabe entender e aceitar o importante papel do professor que busca agregar valores e ampliar as possibilidades para que o aluno possa obter uma

aprendizagem significativa, oferecendo-lhes ações, atividades e possibilidades de buscar o conhecimento a partir de desafios, pesquisas e jogos. Estando a criança acompanhada ou sozinha, mas o que realmente interessa nessa conduta do professor é justamente o seu compromisso com a educação e aprendizagem dos seus alunos.

Assim, percebe-se que o moderno conceito de aluno conferiu à infância o confinamento nas instituições educacionais. “A educação moderna é pensada para formar a criança civilizada” (BOTO, 2002, p. 56). A lógica da escola moderna incorporada também pelas instituições de Educação Infantil expulsou as crianças de seu mundo peculiar, próprio. Enquadrou-as num padrão de aluno que apresenta características básicas presentes em todas as crianças, qualquer que seja a classe, o contexto em que vivem.

Não se pode negar o quanto nossas crianças são inteligentes, essa constatação remete-nos a pensar por que alguns professores ainda insistem em permanecer ensinando de forma desarticulada, sem o devido planejamento para o que pretende ensinar, para que efetivamente tenha-se a aprendizagem como princípio norteador da prática diária do professor.

Cabe ressaltar ainda a importância do planejamento que para a educação infantil deve promover situações em que a criança possa vivenciar as mais diversas experiências, relatando seus medos anseios e, principalmente, o quanto tais atividades foram efetivas e prazerosas.

Diante disso, torna-se necessário, portanto, aproveitar todas as situações de interação que habitualmente se estabelecem entre a criança e o adulto que, por sua vez, deve motivá-la a atuar. Igualmente entende-se que nesse processo de interação a criança ao assumir os novos caminhos, a relacionar-se, a colocar as dúvidas e a buscar soluções.

Conforme nos ensina Rego (1994), sobre o processo de construção humana:

A história do comportamento da criança nasce entrelaçada partir de duas linhas qualitativamente diferentes: A linha biológica e a outra estão ligadas às funções psicológicas superiores da criança. Diferindo quanto a sua origem e sua condição cognitiva, que interage desde os primeiros momentos de vida (REGO, 1994, p.59).

A aprendizagem e o desenvolvimento da criança, na perspectiva vigotskyana, processa-se considerando os aspectos naturais e sociais; dando ênfase, entretanto,

à constituição psíquica infantil a partir dos outros, dos significados culturais que são partilhados entre os sujeitos mais e menos experientes de uma dada cultura.

A criança constitui-se sujeito e aprende conhecimentos validados historicamente na e pela mediação dos outros. Vygotsky (1998), não descarta a existência de ritmos de desenvolvimento e aprendizagem, mas rejeita a ideia de etapas definidas cronologicamente, considera que existem períodos de desenvolvimento, como a infância, nos quais a criança revela características psicológicas muito peculiares, que dependem da maturação do sistema nervoso central, estabelecendo diferenças de ritmos e formas de aprender entre os sujeitos.

É notório que um dos avanços relacionados à educação foi justamente a preocupação de manter atualizada a orientação e as diretrizes que regem a educação infantil no Brasil. Tivemos vários momentos históricos relacionados a essa modalidade de ensino e, conforme o tempo foi passando, foram se moldando conforme a necessidade de atender uma demanda cada vez mais crescente de crianças de diferentes realidades e classes sociais, dessa forma foi criada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que surge com uma nova e atualizada visão sobre a educação.

Conforme nos orienta a BNCC (2019), em relação à importância da convivência das crianças com as outras e com adultos, ensina-nos que “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (BNCC, 2019, p. 5).

Ainda Conforme a BNCC (2019) as situações em que as crianças podem brincar e interagir com os seus colegas são fundamentais, mas não se resumem apenas a elas. Os jogos, por exemplo, podem proporcionar às crianças várias situações de ordem e de respeito. Destaca-se ainda que os jogos permitam que as crianças ao jogar participem de forma organizada de sua convivência em grupo, assim sendo, pode-se então perceber que se faz necessário envolvê-las nas tarefas que viabilizam o cotidiano como, por exemplo, organizar o ambiente das refeições ou acomodar os brinquedos.

A BNCC (2019), orienta-nos sobre a importância do brincar na educação infantil, o que nos mostra que, cotidianamente, o brincar deve fazer parte da rotina da criança, em espaços e tempos diferentes, para que, a partir dessas atividades envolvendo jogos com outras crianças e adultos, possa ampliar os seus

conhecimentos sobre vários temas e com conceitos diferentes de outras crianças, ampliando aspectos relacionados ao cognitivo como, por exemplo: criatividade, emocionais, corporais, expressões, sociais e relacionais.

A BNNC (2019), sobre os direitos da criança na educação infantil, em relação às brincadeiras, estabelece que tais direitos são essenciais, assim sendo, devem estar presentes intensamente na rotina e no cotidiano da criança. Trata-se nesse sentido de iniciativas infantis que o adulto deve acolher e enriquecer, porém, devem ser planejadas e variadas.

Para isso, é importante que, a partir da observação das crianças brincando, o professor possa aproveitar para disponibilizar matérias que possam potencializar tais brincadeiras. E torna-se, assim, importante ainda mais a inserção de diálogos e conversações sobre temas variados e importantes a formação da criança, pois o ato de educar se estende também aos ambientes em que a criança brinca.

2.5 A Ludicidade e o processo de Ensino Aprendizagem

Nos dias atuais muito se tem falado sobre as diferentes metodologias existentes no contexto educacional. Existe várias metodologias de ensino que abordam como deve se dar o processo de ensino aprendizagem, e como o educador deveria ser orientado afim de poder possibilitar ao aluno uma maior compreensão sobre o que pretende ensinar.

De acordo com os PCNs (1998), sobre o processo de ensino e aprendizagem:

É preciso conhecer melhor os alunos, elaborar novos projetos, redefinir objetivos, buscar conteúdos significativos e novas formas de avaliar que resultem em propostas metodológicas inovadoras, com intuito de viabilizar a aprendizagem dos alunos (PCNs, 1998, p.37).

Então cabe aos educadores buscar meios e formas que possam possibilitar aos seus alunos algo novo, atraente e diferente dos métodos tradicionais de ensinar. Não basta ser apenas um transmissor de informação, pois os alunos, ao que parece, não estão dispostos a escutar ou mesmo aprender coisas que não façam referência ao seu cotidiano.

Ainda conforme nos ensinam os PCNs (1998) destacando a importância das metodologias,

[...] para tanto, é necessária a utilização de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de

hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas (PCNs, 1998, p.44).

A ludicidade surgiu como sendo uma alternativa criativa e divertida de levar o conhecimento ao aluno de forma a romper com atitudes de repulsa apresentadas por muitos alunos, durante o processo de aquisição do conhecimento. As atividades que buscam mediar essa transposição didática entre teoria e prática ao se referir à aprendizagem parecem que encontraram uma melhor resposta a partir do lúdico.

De acordo com Maurício (2008), a ludicidade reflete a expressão mais genuína do ser; é o espaço de todo ser para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e objetos. A ludicidade poderá transpor barreiras antes impensáveis de serem rompidas, pois observa-se que uma criança, ao interagir de forma lúdica, está se permitindo a quebrar a barreira do medo, do preconceito da ansiedade e da timidez.

Diante de tantas metodologias existentes, a ludicidade surge como sendo um estado de inteireza, de estar pleno naquilo que se faz com prazer, alegria e motivação, tais sentimentos podem estar presentes em diferentes situações da vida.

A partir das orientações feitas ao longo dos anos pelos PCNS, BNCC, LDB, entre outras, deram uma diretriz ao contexto educacional em especial à Educação Infantil. As escolas, por sua vez, passaram a ofertar às crianças um ambiente saudável onde a criatividade, a liberdade e a socialização predominam. Os jogos e as atividades que envolvem o brincar de forma lúdica, associadas a algum conhecimento que se pretende ensinar à criança parecem ser formas imprescindíveis às instituições que atendem a educação infantil.

Conforme Almeida (1994), a utilização do lúdico na escola tornou-se um recurso imprescindível para a busca da valorização da prática docente, haja vista que as atividades lúdicas poderão possibilitar a estruturação de valores já esquecidos, o desenvolvimento cultural, e, com certeza, a assimilação de novos conhecimentos, a partir da ancoragem de um novo conceito, desenvolvendo, assim, a sociabilidade e a criatividade.

Almeida (1994), cabe aos educadores utilizarem jogos e atividades durante a aula e fazer dessas atividades uma arte, um instrumento capaz de

promover a educação para as crianças. Entende-se que, quando a criança ingressa em uma escola, sofre um choque de realidade ao comparar suas atividades cotidianas que estavam voltadas apenas ao ato de brincar. A partir daquele momento houve um considerável aumento de atividades, ora a criança sozinha, ora com outras crianças, pois, até então, sua vida era voltada aos brinquedos e ao seu ambiente familiar.

Contrário à tudo isso, encontra-se ainda nos dias atuais escolas, onde a criança é obrigada a permanecer durante muitas horas em uma carteira escolar, não confortável e, muitas vezes, é proibida de mover-se livremente, pela necessidade de se submeter à disciplina escolar. Assim sendo, percebe-se que a escola atual ainda diante de algumas situações, demonstra claramente a insegurança em não confiar nos seus alunos, passando a impor que eles se limitem apenas ao repasse do conhecimento pelo professor.

Conforme Friedmann (2003) esclarece, dentro de uma escola pode se tornar possível a criatividade e desenvoltura do professor para trabalhar com jogos e atividades lúdicas. Isso aponta claramente a condição da escola e gestão sobre esse olhar diferenciado para a educação infantil, onde os alunos passam a ser protagonistas, e não apenas meros coadjuvantes, totalmente inseridos em uma educação fragmentada.

Ainda conforme Friedmann (2003), através do lúdico poderá haver a possibilidade de a criança encontrar o equilíbrio entre o real e o imaginário. Dessa forma poderá desenvolver aprendizagem de forma prazerosa e nessa perspectiva ocorre a aprendizagem significativa, resultado de ações em que o principal envolvido nessas ações apresenta: satisfação, emoção e felicidade ao executá-las. Igualmente pode-se entender que se faz mais que necessária a ação do docente para o encantamento do discente nesse maravilhoso processo educacional.

Ao longo do tempo a educação vem se desenvolvendo, em vários aspectos e um dos mais importantes é justamente o metodológico. As várias metodologias aplicadas a educação, podem em sua especificidade promover algum tipo de conhecimento ao aluno. Cada disciplina busca a melhor forma de transpor o conhecimento, haja vista que nem sempre irá acontecer assimilação e acomodação de conteúdos por parte dos alunos.

De acordo com os PCNs (1998), em relação ao ensino na educação infantil, muitos são as possibilidades de promover uma educação de qualidade e, nesse sentido, destaca-se que:

[...] Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (PCNs, 1998 p. 22).

Entre tantas metodologias existentes, a ludicidade tornou-se uma grande aliada do professor durante o processo de ensino e aprendizagem, pois em seu vasto campo de conhecimentos, vários são os fatores que podem ajudar o professor a realizar uma aula, bastante atrativa e, assim, despertar no aluno uma visão diferenciada da educação.

No que diz respeito à questão do fracasso escolar, em todas as suas vertentes (evasão, retenção ou não aprendizagem) constitui um problema histórico da educação brasileira. No Brasil, por exemplo, ao longo de décadas, diversas iniciativas foram tomadas no sentido de enfrentar esse problema escolar e social que atinge uma parcela significativa da população, principalmente a população econômica e socialmente menos favorecida.

A medida mais recente tomada com o objetivo de alterar este quadro de fracasso escolar, acabando com a exclusão e tendo como foco principal a democratização e a qualidade do ensino, foi o Regime da Progressão Continuada. A nova LDB (1996) determina que:

Art. 32 Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996, p. 22).

A Progressão Continuada foi instituída no estado de São Paulo pelo Conselho Estadual de Educação e adotada pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), a partir de 1998, na forma de ciclos para o Ensino Fundamental, Regular ou Supletivo. Se antes, aprovava-se e reprovava-se ao final de cada série, agora não existe reprovação anual, dessa forma, procura-se garantir a aprendizagem e o progresso do aluno sem o fantasma da retenção.

Segundo os PCNs, “a seriação inicial deu lugar ao ciclo básico com a duração de dois anos, tendo como objetivo propiciar maiores oportunidades de escolarização voltada para a alfabetização efetiva das crianças” (BRASIL, 1997, p. 42).

A “não reprovação” anual sugere a formulação de novos e criativos procedimentos, adequados para a minimização dos problemas de evasão, de repetência, e à estagnação dos alunos na mesma série, principalmente nos primeiros anos escolares, o que impossibilitava o fluxo escolar.

Para Bertagna (2003):

A denominação progressão continuada foi adotada porque supera a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implantação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender [...] (BERTAGNA, 2003, p. 45).

Esse compromisso com a busca de novas formas de trabalho pedagógico demonstra a preocupação e a necessidade de mudanças escolares para fazer frente às novas exigências que são impostas aos sistemas de ensino, tendo como centralizadores aspectos referentes à qualidade de ensino e ao sucesso do aluno. Segundo os PCNs: “A adoção de ciclos, pela flexibilidade que permite, possibilita trabalhar melhor com as diferenças e está plenamente coerente com os fundamentos psicopedagógicos, com a concepção de conhecimento e da função da escola”. (BRASIL, 1997, p. 43).

Dessa forma, elimina o corte rígido por meio de reprovações ao final de cada série e abre a possibilidade, através de um sistema intensivo, paralelo e contínuo de reforço e recuperação, de todos os alunos irem avançando com seu grupo-classe nas séries intermediárias de cada ciclo.

Nesse sentido, fica claro que a função da escola é ensinar, no sentido de encontrar meios de amparar cada aluno em sua dificuldade. O fracasso perante a escola é um dos fatores que prejudica a autoestima do aluno, e o desestimula à aprendizagem. Entendemos que, acima de tudo, a escola precisa estar atenta aos avanços na aprendizagem dos alunos.

Para interpretar adequadamente o que está acontecendo com a aprendizagem de seu aluno, é preciso considerar o conhecimento prévio dele e as contradições que ele enfrenta no processo. De acordo com Ferreiro (1999):

Todo professor precisa ter um bom preparo profissional que garanta, entre outros requisitos, o domínio do saber e do saber-fazer, isto é, da

metodologia do processo ensino-aprendizagem entendido como prática social transformadora e democrática (FERREIRO, 1999, p. 184).

Nessa concepção, as metodologias de ensino devem ser diversificadas e adaptadas aos educandos de forma que os levem à superação das dificuldades, tornando-os mais participativos e responsáveis no processo de construção do conhecimento. O relacionamento professor e aluno é outro fator importante para a aprendizagem progredir, apesar da dinâmica das relações entre esses dois protagonistas do processo escolar agora se alterar. O professor precisa deixar de ser mero transmissor de conteúdo, controlador e autoritário, ao contrário, sua função é de promover o processo de aprendizagem.

De acordo com Ferreiro (1999, p. 267): “[...] as mudanças necessárias para enfrentar, sobre bases novas, a alfabetização inicial não se resolvem com um novo método de ensino, nem com novos testes de prontidão nem com novos materiais didáticos [...]”, mas, apesar de tudo isso, o que ainda tem mais importância para o sucesso dos alunos em sala de aula e o que melhor contribui para sua aprendizagem refere-se à motivação para aquilo que está aprendendo, portanto, quanto mais interessante for o assunto abordado, mais motivado será o aluno para aprender.

Muitas perguntas podem ser feitas ao tentar entender os porquês da não utilização de atividades lúdicas durante as aulas. Uma das possíveis respostas pode estar relacionada à falta de apoio dos gestores, coordenadores e demais pessoas envolvidas no processo educativo de uma escola. A preocupação em atingir a quantidade de aulas, os conteúdos da grade curricular deixam claro que não há a intenção, por exemplo, ter um trabalho a mais, pois as ações com atividades lúdicas dependendo do momento e do tempo e espaço, apresentar algumas dificuldades para a execução e, assim sendo, não desperta interesse para a escola.

Entende-se ainda que a atuação do diretor da escola deve estar voltada para uma gestão democrática e participativa do aluno, ou seja, para uma educação de qualidade. As tomadas de decisão também devem ser compartilhadas com toda a comunidade escolar e isso abrange toda uma estrutura no ambiente escolar.

Segundo as recomendações dos PCNs (1998), torna-se necessário que os gestores sejam capazes de aplicar normas legais nas diversas situações decorrentes em uma escola. Entende-se que para que seja desempenhado um

trabalho sério de uma gestão escolar é necessário um conhecimento bastante abrangente das leis que regem a educação básica em nosso país.

Para Luck (2006, p.36), a gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo. Quando nos referimos a palavra gestão uma das coisas que nos vem à cabeça é justamente a palavra “equipe”, pessoas que dão sustentação às normas e regras a serem devidamente seguidas pelos colaboradores em suas mais diferentes áreas de atuação.

Não se pode falar em educação sem falar de conhecimento. Diante de um contexto e universo de informações, entende-se que a palavra “conhecimento” traz consigo muitos elementos que possibilitam a compreensão do mundo e suas implicações no decorrer dos tempos, tendo, assim, o homem como principal protagonista. A necessidade coloca o homem numa posição em que entende que a busca por entendimento e compreensão vem sendo lapidada à medida que a busca por conhecimento se torna evidente.

Muitas são as indagações sobre a aquisição do conhecimento, procura-se sempre, em determinadas situações, buscar respostas tais como: quais são as ferramentas necessárias para a construção do conhecimento? Como podemos adquirir conhecimento? Quais os recursos pedagógicos? Na mesma linha de pensamento, entendemos que outras tantas indagações poderiam ser feitas acerca da aquisição do conhecimento, em que a ludicidade parece possibilitar um melhor entendimento sobre a discussão em si.

Raul (2011) ensina-nos, em si tratando de recursos e meios para a obtenção do conhecimento, que:

Nessa perspectiva, ludicidade como recurso pedagógico favorece o processo anteriormente citado, por contar com a utilização de diferentes maneiras de expressão, linguagens e por considerar diversas possibilidades de ação e estratégias, tentativas e maior aceitação do erro (RAUL, 2011, p. 103).

No que tange ao conhecimento e às práticas de ensino em que o aluno tem seu lugar de destaque e que as ações são voltadas a sua aprendizagem e aquisição do conhecimento, acredita-se que o lúdico poderá diversificar as possibilidades para aplicações de diferentes ações alicerçadas a partir de muita criatividade, é que acreditamos ser o lúdico uma importante ferramenta na construção do conhecimento.

De acordo com Raul (2011), a ludicidade configura-se em duas funções bastante distintas a pontuar: Na primeira, tem a estrutura meramente lúdica que se traduz em brincadeiras, atividades, jogos, possibilitando ao aluno uma liberdade para se expressar livremente nas atividades propostas, sem haver a rigidez, a severidade, obrigatoriedade de tarefas e exercícios. Já na segunda, traduz-se o caráter educacional em que busca sistematizar, a partir da primeira, a conexão das atividades lúdicas com os conteúdos a serem ministrados.

Ainda conforme Raul (2011), acrescenta sobre a ludicidade, dizendo que por tratar-se de algo bastante interativo de uma ferramenta de grande potencial, exige, no entanto, que o educador esteja preparado para utilizar as inúmeras possibilidades de aprendizagem a partir do seu uso. Cabe ressaltar ainda que as atividades por se só não bastassem, mas depende de um crivo por parte do profissional da educação para que uma vez fosse utilizada possa dar condições plenas para a sua efetiva ação no que propõe o educador.

Ainda acrescenta Raul (2011), que o jogo, o brinquedo e as brincadeiras são os três eixos norteadores que possibilitarão o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, sobre um determinado conhecimento específico. A ludicidade trabalha com três bases de ação, que são três eixos norteadores que irão possibilitar uma aprendizagem em que o aluno torna-se parte integrante do processo.

Conforme nos ensina Raul (2011) a ludicidade como recurso pedagógico é sem dúvida significativa não apenas para a criança, mas também para o jovem e o adulto. Resulta desse processo a construção por acúmulo de cultura. É notório que o lúdico tornou-se uma importante ferramenta na construção do conhecimento, tendo assim grande valor educativo podendo ser utilizados em escolas como sendo um recurso didático durante o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Marinho (2007), acrescenta ainda que se torna importante a utilização do lúdico na formação do professor uma vez que poderá, a partir das atividades lúdicas, enriquecer seus conhecimentos potencializando suas ações, assim sendo, uma prática didática atualizada nos termos e exigências dos PCNs.

Em conformidade com o contexto educacional, acredita-se que, devido a necessidade de ter que ministrar as aulas da grade curricular apresentada pelo MEC, muitos professores não utilizam práticas e atividades lúdicas em suas aulas. Ou seja, estão tão envolvidos com o conteúdo sem atentar para o maravilhoso universo da ludicidade.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho que tem cunho teórico e pedagógico e que trata acerca da utilização do lúdico na Educação Infantil, será usada uma pesquisa mista de cunho qualitativa e quantitativa que conforme descreve Minayo (2010), o método qualitativo pode ser definido como:

... é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2010, p. 57).

Segundo Knechtel (2014), destaca que a pesquisa quantitativa atua sobre um problema humano ou social onde se baseia no teste de uma teoria compostas por variáveis quantificadas em números os quais são devidamente analisados de modo estatístico. Mediante tais constatações entende-se que, a pesquisa quantitativa está ligada ao dado imediato.

Ainda conforme Knechtel (2014), tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa preocupam-se com o ponto de vista do indivíduo: a pesquisa qualitativa busca proximidade com o sujeito por meios de instrumentos como entrevistas, onde o pesquisado pode expor sua opinião; na pesquisa quantitativa a proximidade se dá a partir de dados, matérias e métodos empíricos. Buscou-se também identificar a importância do lúdico no processo ensino aprendizagem na Educação Infantil. A investigação será direcionada para duas modalidades de pesquisa a bibliográfica e a pesquisa de campo ou pesquisa "*in loco*".

De acordo com Lima (2004), na intenção de obter e coletar dados mais específicos a respeito de um determinado tema a pesquisa bibliográfica é a atividade mais completa.

Para um maior entendimento sobre o tema em questão e os demais aspectos relacionados à pesquisa o aprofundamento teórico dar-se-á mediante as pesquisas bibliográficas. Portanto, o uso da pesquisa bibliográfica tem a intenção de promover um maior aprofundamento teórico a fim de fornecer subsídios para a análise dos dados.

Na tentativa de poder proporcionar uma maior confiabilidade sobre o que se pretende investigar, neste trabalho será feita uma pesquisa bibliográfica com a intenção de promover aprofundamento teórico e, conseqüentemente, uma maior base para análise dos dados devidamente coletados e quantificados.

Assim, para uma maior estruturação a pesquisa de campo dar-se-á através de um questionário diagnóstico direcionado aos professores pesquisados com perguntas que versam sobre o tema em questão, viabilizando a obtenção de dados e informações que servirão de base para o aprofundamento da pesquisa qualitativa. O referido estudo acontecerá em uma escola da rede municipal de ensino do município de Gravatá-PE.

Então, este estudo tem como objetivo principal diagnosticar, analisar, descrever e avaliar qual a importância do lúdico na Educação Infantil, através de atividades e práticas concretas aplicadas pelos professores. Para desenvolvimento das atividades propostas foram em 24 alunos e um professor (a) da Educação Infantil, na turma de Infantil I, que compõe o corpo docente da escola.

Essa pesquisa foi direcionada e estruturada da seguinte forma: Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica; elaboração do questionário diagnóstico; pesquisa “*in loco*” análise dos dados coletados e também do referencial teórico.

3.1 Delimitação

A pesquisa, bem como o projeto, foi realizada em escolas da rede pública e privada da rede municipal de ensino, sendo: Escola Monsenhor José Elias de Almeida (CAIC); Instituto Nossa Senhora de Lourdes; Escola Cônego Eugênio Vila Nova e Escola Irmã Judithe Ferreira Leite. Para a coleta de dados e percentuais apresentados, teve como sujeito de pesquisa, professores de Educação Infantil. As referidas escolas fazem parte da GRE, (Gerência Regional de Ensino) Mata Centro, Vitória de Santo Antão – PE, onde oferecem aulas de pré escola, anos iniciais, anos finais nos turnos manhã e tarde.

3.2 População e amostra

Para o referido processamento de informação e coleta de dados foram utilizados como população 24 professores da Educação Infantil e para amostragem foi totalizado 100 % da população dos sujeitos pesquisados.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Inicialmente para poder mensurar e aclarar as ideias sobre os procedimentos e aspectos referentes à pesquisa e como instrumento para a coleta de dados foi utilizado um questionário diagnóstico direcionado aos professores que são os sujeitos constantes nessa pesquisa. Cabe ressaltar que o questionário diagnóstico foi elaborado com linguagem clara e acessível, buscando, portanto, um número maior de elementos presentes na situação estudada. As perguntas contidas no questionário diagnóstico foram apresentadas por 11 perguntas, sendo abertas e de múltipla escolha.

3.4 Processamentos dos dados

Para o referido processamento e análise dos dados coletados, os métodos de classificação das informações coletadas tiveram a seguinte configuração: questões de múltiplas escolhas devidamente categorizadas conforme a necessidade de resposta sobre uma pergunta, questões abertas, em que o sujeito de pesquisa poderá expressar livremente a sua opinião sobre um tema ou sobre alguma pergunta específica.

De acordo com Minayo (2010), uma pesquisa realiza-se a partir de uma linguagem fundamentada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, que formam e constroem um ritmo particular. Ainda conforme a autora “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2010, p. 35). Nesse sentido, torna-se necessária a existência de um problema para que se possa fazer a interação com o que se pretende pesquisar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise e estruturação da pesquisa e dos dados, cabe então ressaltar que nos referidos gráficos estão representadas as perguntas de investigação constantes no questionário diagnóstico aplicado aos professores, que são os sujeitos da pesquisa. Para balizar este estudo, as informações obtidas foram devidamente quantificadas de acordo com os resultados de cada pergunta que foram devidamente registradas e mensuradas, sendo assim, representado pelo seu gráfico.

Segundo Houaiss e Villar (2005), o tratamento sistemático dos dados, tem como objetivo principal, ordenar, classificar ou efetuar quaisquer transformações de dados, conforme um planejamento para a obtenção de um determinado resultado. Gil (2002), acrescenta ainda que após a coleta dos dados e de suas devidas análises poderão ocorrer também a interpretação que consiste fundamentalmente em fazer conexão com o que obteve de resultados com a sua devida interpretação e análise dos resultados.

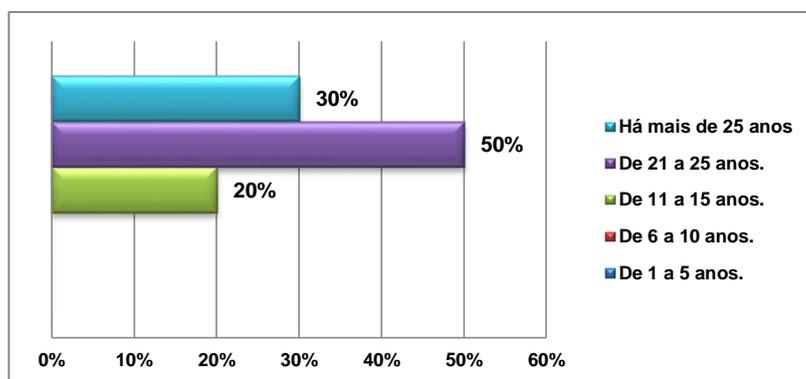
A devida apreciação deu-se a partir dos objetivos determinados nesse estudo para a análise do marco teórico, como também do questionário diagnóstico aplicado aos sujeitos de pesquisa, também dos devidos procedimentos metodológicos e da pesquisa *in loco*. Após a coleta dos dados e de sua análise que foram devidamente apresentados em um relatório que servirá de base para a conclusão deste trabalho como também para posteriores sugestões.

4.1 Análise dos questionários aplicados aos professores

Nos últimos anos, muito se tem falado e discutido sobre a importância de metodologias que venham a facilitar a aprendizagem do aluno. Neste sentido, o lúdico surge como uma importante ferramenta. No que diz respeito à Educação Infantil as atividades lúdicas podem inclusive permitir ao aluno a possibilidade de aprender de forma prazerosa. Podem ser de suma importância para o seu desenvolvimento cognitivo, existindo, assim, a possibilidade de haver uma aprendizagem significativa. Para dar sustentação sobre o tema ora abordado foi elaborado um questionário diagnóstico com perguntas que versam sobre a utilização e sistematização do lúdico durante o processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Na pergunta 01 do questionário diagnóstico aplicado aos sujeitos de pesquisa, buscou-se saber qual o tempo de atuação deles no exercício da docência.

Gráfico 01- Tempo de docência na Educação Infantil



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 01 referente à pergunta de investigação 01, os percentuais apresentados mostram que 20% dos pesquisados já exercem a função de professor em média de 11 a 15 na docência da educação infantil. Os dados mostraram também que 30% dos pesquisados afirmaram ter mais de 25 anos de exercício da docência como professora da Educação Infantil e que 50% dos pesquisados afirmaram ter de 21 a 25 anos de docência como professor da Educação Infantil.

Bondioli (1993), faz referência à necessidade de se ter, por parte dos educadores, uma “consciência pedagógica”, para que se perceba, em sala de aula a estruturação dos grupos de crianças durante as atividades e brincadeiras nas demais situações cotidianas nos contextos educacionais.

Pode-se, assim, perceber a importância do educando, no contexto educacional. A fase acompanhamento das crianças exige do professor um olhar diferenciado para as coisas pertinentes ao ambiente de sala de aula como também, dos aspectos socioculturais existentes. Muitas crianças trazem consigo uma bagagem cultural advinda de seu meio, dessa forma requer uma nova integração com a sua nova realidade. Confirma-se ainda o importante papel do educador para essa modalidade de ensino, ressaltando ainda que o tempo de exercícios de magistério não diferencia a capacidade do educar diante dos alunos.

Na pergunta 02 do questionário diagnóstico busca-se saber parcialmente qual a formação dos professores (as) que são sujeitos constantes dessa pesquisa. Na pergunta 02, a totalidade dos professores afirmou ter a formação exigida por lei para

poder ministrar aulas naquela modalidade de ensino.

De acordo com Arroyo (2000), nos ensina que em se tratando de profissão, entende-se como ter um ofício, e representa uma atividade qualificada de um indivíduo ou um grupo de trabalhadores que possuem entre outras coisas: Identidade, história própria, prepara e formação específica, que desenvolvem um determinado corpo de saberes e tem um importante reconhecimento social.

Imbernón (2011), acrescenta ainda que, no que tange à postura do profissional afirmar que deve haver uma condição exemplar do ser professor, diferenciada para o planejamento de tais ações que nesse sentido contemplem os alunos. Igualmente se entende que a atitude do professor no momento do planejamento de suas atividades docentes deve se dar como facilitador de aprendizagem, porém, de forma reflexiva, provocando a cooperação e participação dos estudantes.

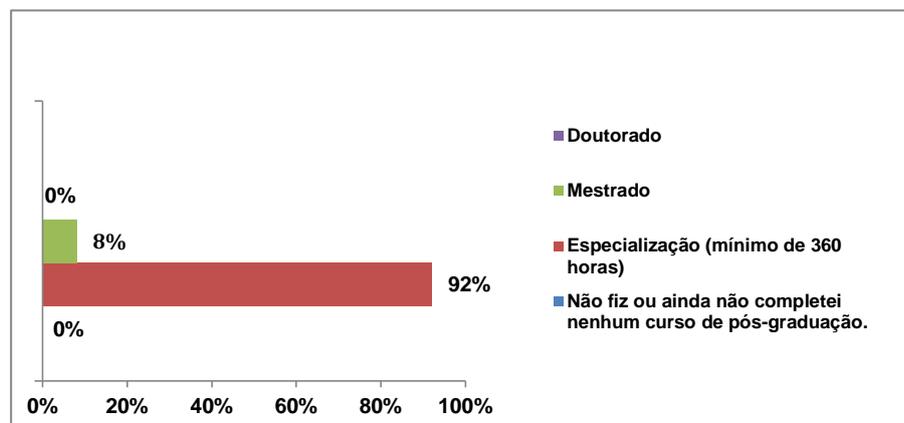
De acordo com a LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, a formação exigida deve ser de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que diz no seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, 2017, p.42).

Conforme as informações apresentadas pelos questionários diagnósticos e devidamente quantificadas podem ver que a totalidade dos professores possui a formação necessária para o exercício do magistério naquela modalidade de ensino. Isso aponta que estando às crianças com o profissional adequado para a formação das crianças, os alunos poderão ter uma aprendizagem satisfatória para aquela série a e idade que se apresenta.

Na pergunta 03 do questionário diagnóstico buscou-se conhecer qual a formação dos docentes que atuam na educação infantil nas escolas da rede pública e privada do município de Gravatá-PE, a fim de poder avaliar qual o nível de conhecimento e a formação de cada docente que é também os sujeitos constantes desse trabalho.

Gráfico 02 - Curso de mais alta relevância dos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O gráfico 02, referente à pergunta 03 do questionário diagnóstico, apresentou os seguintes percentuais que foram devidamente coletados. Quando perguntado sobre a formação do docente, 8% dos sujeitos pesquisados afirmaram ter mestrado, o que equivale a 02 (dois) professores com mestrado. Para a mesma pergunta 92% dos sujeitos pesquisados, o que equivale a 22 (vinte e dois) professores afirmaram ter curso de especialização no campo de ensino da Educação Infantil. Nos percentuais apresentados nenhum pesquisado afirmou ter doutorado e ou não fizeram nenhum curso na área da Educação Infantil.

Os devidos percentuais mostram a situação acadêmica dos sujeitos pesquisados, e sobre a importância dessa formação a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 62, admite como formação mínima aquela oferecida em nível médio, na modalidade normal para professores que atuam na Educação Infantil.

A formação de docente para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em Nível Médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p. 46).

Delgado (2004), acrescenta que é de suma importância conhecer o perfil do profissional de educação disponível na sociedade, poder também conhecer: suas

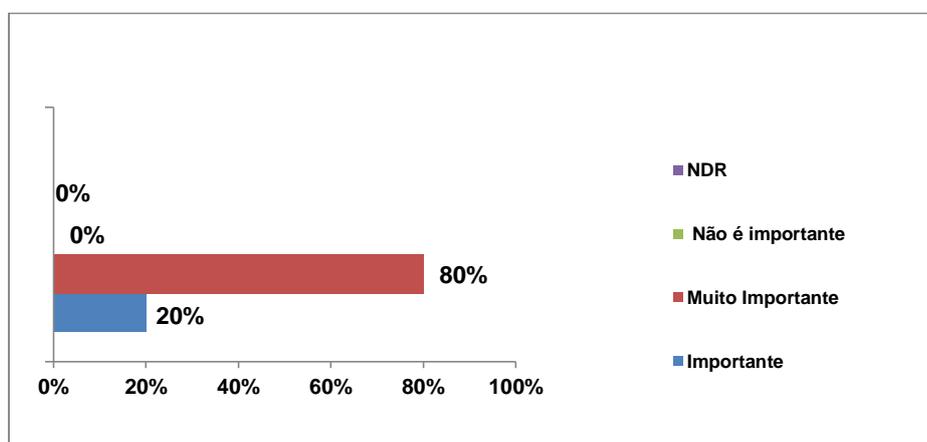
crenças, valores, projetos de vida e também a sua trajetória educacional, incentivando-o a conhecer-se os desafios da profissão, o que favorecerá a qualidade do trabalho docente. Delgado (2004), esclarece que:

A formação docente é um conjunto de experiências sociais e culturais, individuais e coletivas, acumuladas e modificadas ao longo da existência pessoal e profissional, sendo um processo inacabado de constantes indagações, incertezas e ambiguidades (DELGADO, 2004. p.4).

Fica assim demonstrada a importância da formação docente, uma vez que nela existem conhecimentos necessários ao contexto educacional como também social e cultural. Os docentes na pré-escola desenvolvem um papel de suma importância para a sociedade e para os familiares daquele aluno (a).

Na pergunta 04 do questionário diagnóstico, buscaram conhecer alguns aspectos relacionados ao ensino e destaca-se aqui a importância do lúdico e da ludicidade durante o processo de ensino e aprendizagem:

Gráfico 03 – Definição de ludicidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 02, referente à pergunta 04 do questionário diagnóstico, os referidos percentuais apontaram que 20% dos sujeitos pesquisados definiram como ser importante a ludicidade durante o ensino. Para 80% dos sujeitos pesquisados a ludicidade é muito importante. Os percentuais apontaram que 0% responderam não ser importante, seguido de 0% que não responderam sobre a importância da ludicidade.

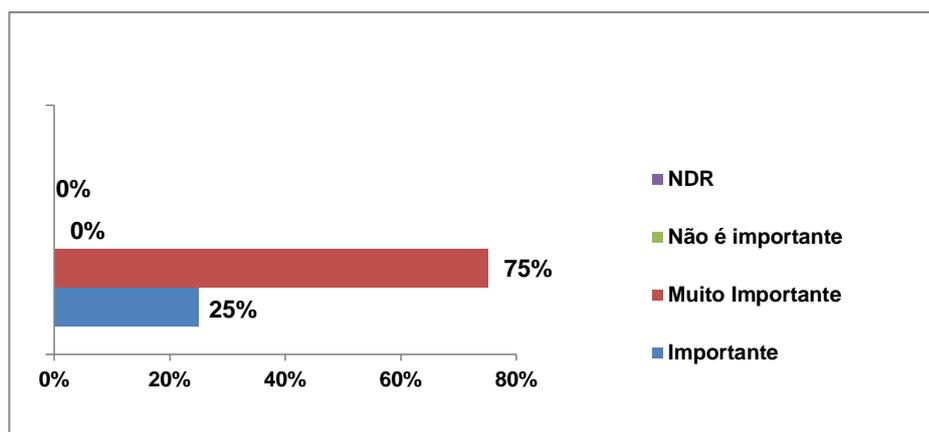
Sobre a importância da ludicidade durante o ensino na educação infantil, Redin (2000) esclarece que a criança que usa jogos nas suas brincadeiras, está revivendo práticas antigas da humanidade. É notório que tais atividades uma vez

direcionadas da forma correta no que diz respeito a sua intenção e objetivo poderá estabelecer condições de bem-estar e conforto. Sabe-se, porém que atividades físicas conjuntamente com as atividades lúdicas proporcionam muitos benefícios à criança.

Santos (2000), acrescenta, afirmando que no que diz respeito à ludicidade, a família e aos educadores precisam ter clareza quanto à importância do brincar, das brincadeiras e dos jogos, pois é notório que eles proporcionam à criança várias contribuições ao desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar. Mediante os percentuais apresentados e devidamente quantificados podemos observar que os sujeitos constantes nessa pesquisa entendem a importância da ludicidade para a formação da criança. Acredita-se que tais atividades podem se estender às outras modalidades de ensino.

Sobre os jogos e brincadeiras na Educação Infantil, a pergunta 05 do questionário diagnóstico buscou investigar se os sujeitos pesquisados acreditam ser importante o trabalho com jogos, brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Gráfico 04 – Importância da utilização de jogos e brincadeiras



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 03, referente à pergunta 05 do questionário diagnóstico 25% dos pesquisados afirmaram entender a importância do uso de atividades envolvendo jogos e brincadeiras durante o processo de ensino e aprendizagem. Para 75% dos sujeitos pesquisados afirmaram ser muito importante o uso de atividades lúdicas; Para 0% dos pesquisados não é importante.

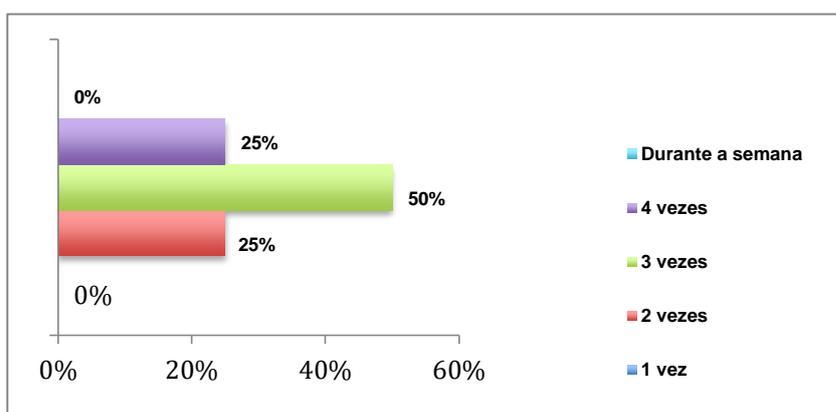
Conforme Vygotsky (1989), o professor deve pensar quais brincadeiras poderão ser efetivamente usadas e o espaço que melhor adapta-se à ação ou à atividade privilegiada para a socialização, para a interação com as outras crianças, para assim haver a possibilidade de o aluno obter várias formas de lidar com situações do cotidiano.

Ancileno e Caldeira (2007), sobre jogos e brincadeiras na Educação Infantil destacam que, para a criança, as atividades lúdicas poderão proporcionar um estado de prazer, o que as levam à um estado de descontração e prazer, o que caracteriza que com o surgimento de possíveis novas ideias criativas poderão ocorrer a facilitação da aprendizagem de novos conteúdos, despertando o sentimento de alto confiança e segurança no que diz respeito aos estudos (ANCILENO; CALDEIRA, 2007, p. 03).

Os percentuais apresentados e devidamente coletas possibilitam entender as concepções dos sujeitos de pesquisa constantes nesse trabalho. Pois como se podem perceber os referidos percentuais apontam para uma situação favorável no que tange à Educação Infantil e à aprendizagem das crianças. Dessa forma, acredita-se que a partir de qualquer atividade lúdica, a criança poderá aprender algo, que se propõe a ensinar, nesse sentido as atividades e ações lúdicas estão sempre possibilitando ao aluno um crescimento.

A pergunta 06 do questionário diagnóstico buscou saber, quantas vezes os sujeitos pesquisados trabalhavam usando atividades com jogos, brinquedos ou brincadeiras na sua sala de aula durante a semana.

Gráfico 05 – Frequência de atividades com jogos e brincadeiras



Fonte:

pesquisa, 2019.

Dados da

No gráfico 04, referente à pergunta 06 do questionário diagnóstico aplicado aos sujeitos de pesquisa, quando perguntado com que frequência usava atividades com brincadeiras e jogos durante as aulas de Educação Infantil, os percentuais apresentados mostraram que 25% dos pesquisados afirmaram que usam pelo menos 02 (duas) vezes na semana as atividades. Os percentuais apresentaram que 25% dos pesquisados utilizam pelo menos 04 (quatro) vezes durante a semana e que 50% dos pesquisados utilizam pelo menos 03 (três) vezes durante a semana, já 0% dos pesquisados afirmaram que não usam seguido de 0% dos que não responderam.

O lúdico aliado ao conhecimento é de fundamental importância. Baquero (2000), nos ensina que cabe ao professor o papel de condução de suas práticas: Cortar, talhar e esculpir os existentes no meio e fazer combinações pelos mais diferentes modos a fim de que eles possam realizar a tarefa exigida pelo professor.

De acordo com Lavorski (2008), cabe ao professor a partir de uma formação lúdica, procurar se adequar às novas possibilidades de possibilitar ao aluno uma aprendizagem significativa. Os bloqueios sobre os jogos e aos brinquedos podem estar negando a possibilidade do aluno poder aprender de forma diferente. Não se pode pensar em práticas pedagógicas que não contemplem atividades lúdicas durante a aquisição do conhecimento.

Os percentuais mostram claramente que, felizmente, a ludicidade vem sendo usada em escolas de educação infantil e pré-escola, pois os sujeitos constantes dessa pesquisa, conforme mostram os percentuais apresentados que há uma frequência do uso de atividades lúdicas durante o ensino. Isso mostra a importância do lúdico durante a aquisição do conhecimento e na construção da aprendizagem significativa.

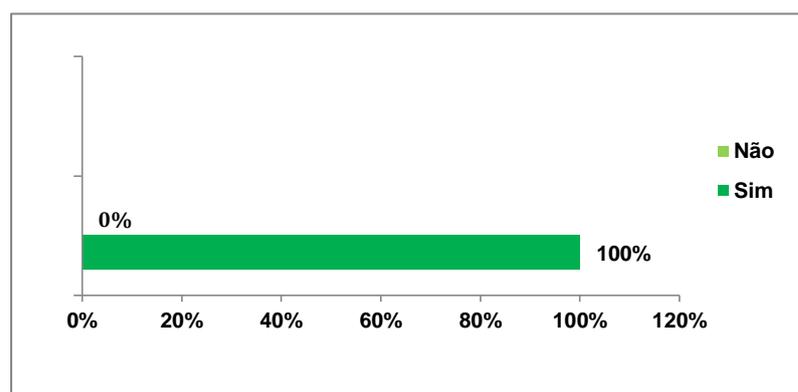
As perguntas 7 e 8 do questionário diagnóstico versam sobre as seguintes perguntas: Quanto tempo de sua aula é disponibilizado para atividades lúdicas? Quais jogos e brincadeiras são mais utilizadas em suas práticas docentes? Qual a finalidade de utilizar esses jogos e/ou brincadeiras?

As respostas obtidas foram devidamente analisadas e processadas conforme cada sujeito pesquisado buscou informar a partir dos referidos questionários. A maioria dos sujeitos afirmaram que o tempo varia de acordo com a disciplina e com atividades paralelas existentes na escola. A totalidade afirmou que o lúdico, conforme citado em perguntas anteriores, faz parte da rotina de suas aulas. No que

diz respeito à pergunta sobre os jogos e às atividades não pontuaram quais jogos, apenas que iria ser usado o jogo e as atividades conforme o conteúdo a ser ministrado.

É notório que o lúdico proporciona inúmeros benefícios durante o processo de ensino e aprendizagem e, nesse sentido, na pergunta 09 do questionário diagnóstico buscou-se saber se existem relevância e diferença no comportamento e no aproveitamento nas crianças nos dias em que se trabalham com materiais lúdicos e nos dias que não se trabalham?

Gráfico 06 – Relevância da ludicidade durante o ensino na Educação Infantil



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 06, referente à pergunta 09 do questionário diagnóstico, apresentou conforme os percentuais apresentados e devidamente coletados que 100% dos sujeitos pesquisados afirmaram ser relevante o uso da ludicidade durante o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Os percentuais apresentados confirmam o entendimento dos sujeitos pesquisados sobre a importância do lúdico durante as aulas na Educação Infantil.

Nas perguntas 10 e 11 do questionário diagnóstico buscou compreender um conjunto de ações e ponto-de-vista do sujeito pesquisado sobre o lúdico. As perguntas queriam saber, qual a opinião sobre o que leva as crianças aprenderem brincando? Na pergunta 11, buscou saber: quando as crianças estão brincando quais são as brincadeiras e/ou jogos mais utilizados por elas ou que elas gostam mais? Qual o motivo dessa preferência?

Os resultados apresentados mediante pesquisa e dos dados e informações que foram devidamente coletados, nos mostram que a maioria apontou que o ato de

brincar caracteriza para as crianças um momento de alegria, de prazer e de diversão. Nessa mesma perspectiva, podemos entender que as atividades lúdicas formam um conjunto de saberes que proporciona à criança aprendizagens significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos resultados obtidos nesses objetos de estudo, pode-se citar que, no contexto educacional, muitas são as possibilidades de o professor usar uma ferramenta didática para oportunizar ao aluno uma melhor condição de aprendizagem. Os conhecimentos sobre ludicidade ganharam contornos ainda mais significantes por sua importância para o processo de ensino e aprendizagem da criança. Nesse sentido, o lúdico enquanto ferramenta didática durante o processo de ensino aprendizagem contempla muitos desafios e limites, a serem descobertos pelos alunos especialmente na perspectiva da educação infantil e na pré-escola.

Fazendo considerações sobre a aprendizagem, sabe-se que a ludicidade oferece indícios relevantes a respeito dos aspectos cognitivos emocionais no processo de conhecer e de aprender. No tocante aos procedimentos metodológicos, bem como da intervenção realizada pelos sujeitos de pesquisa, a partir dos dados coletados foi possível constatar de forma positiva a proposta constante nesse trabalho, uma vez que todos os percentuais foram positivos superando a taxa de 85% nas respostas dadas pelos entrevistados.

Assim, pode-se observar que, a partir de tais percentuais obtidos, entendemos que a ludicidade é uma ferramenta didática bastante utilizada pelos pesquisados durante as aulas da Educação Infantil. Diante dos percentuais apresentados, tais resultados mostraram que apesar das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos de pesquisa para o exercício da docência, conseguem enxergar no lúdico uma oportunidade bastante satisfatória para o processo de ensino e aprendizagem. Não se pode deixar de ressaltar a importância do lúdico para o processo de ensino como também uma ferramenta capaz de mudar concepções sobre a forma tradicional de ensinar.

Mediante a proposta e os procedimentos metodológicos existentes nesse trabalho, os dados obtidos e devidamente categorizados, revelaram haver uma satisfação por parte dos sujeitos de pesquisa no que tange ao conhecimento sobre a ferramenta didática usada durante as aulas.

Podemos afirmar que o lúdico, durante o passar dos tempos, transformou-se em uma ferramenta capaz de dar sentido e significado às práticas da Educação Infantil, nesse mesmo contexto corrobora com as exigências as quais sugerem uma prática integradora volta a aprendizagem de forma satisfatória e prazerosa.

Existe, porém a necessidade de usar a ludicidade com mais frequência e intensidade, pois o ato de brincar é universal e é benéfico à saúde. Pode-se acrescentar ainda que, fisiologicamente, o brincar facilita o crescimento e a interação entre pessoas e grupos. Nesse sentido, entende-se que, ao planejar atividades envolvendo a ludicidade, torna-se importante que o educador tenha em mente a gama de possibilidades que cerca uma atividade lúdica. A criança envolvida nesse contexto a atividade descobre sentimentos, experimenta, inventa, e mergulha no universo de possibilidades do seu mundo imaginário.

A partir da proposta constante nesse trabalho com a ludicidade na Educação Infantil, pode-se observar que a pesquisa e as atividades realizadas proporcionaram aos alunos momentos de descontração e aprendizado. Nessa mesma condição possibilitou ainda aferir o grau de satisfação dos sujeitos pesquisados, como também as possibilidades em ampliar os seus conhecimentos sobre o tema ora abordado.

No contexto educacional a ludicidade promove ações vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam com materiais simbólicos. Igualmente, entende-se que a ludicidade está associada a situações de alegria, de prazer e satisfação, possibilitando ao aprendiz a possibilidade de ter experiências e valorização interpessoal, liberdade de expressão e flexibilidade aos questionamentos dos resultados obtidos.

Analogamente, também foi possível constatar que algumas respostas obtidas a partir das perguntas de investigação referenciam a algumas situações existentes no contexto educacional, em especial no ambiente escolar. A partir dos dados coletados, não tivemos a intenção de proporcionar pontos ou questionamentos contrários a propostas desse trabalho. As indagações feitas referem-se a situações que diz respeito a gestão, espaço e condições para execução de atividades lúdicas durante a aula.

É notório que a ludicidade pode proporcionar ao aluno algumas situações que levam ao aprendizado e ao enriquecimento de atitudes e posturas que condicionam o aluno, no seu meio social e cultural, para uma boa convivência. Por essa ótica, podemos levantar hipóteses sobre os fatores que poderiam estar sendo trabalhados durante a aplicação e utilização de atividades lúdicas, como por exemplo: timidez, medo, inibição, raciocínio lógico, condicionamento físico. Nas possibilidades de

atividades envolvendo a interação entre os alunos, os resultados apresentados foram satisfatórios, tanto nos percentuais apresentados, como também a partir da pesquisa "*in loco*".

O lúdico é uma maneira prazerosa que o indivíduo tem de expressar-se e integrar-se ao meio que o cerca. Dessa forma, mediante as atividades lúdicas a criança poderá assimilar valores, adquirir conhecimentos em diversas áreas, desenvolver o comportamento sócio cultural e aprimora as suas habilidades motoras. Nessa mesma perspectiva, a ludicidade poderá despertar na criança o senso de responsabilidade e socialização, de forma motivada para a possibilidade de aprender o que se pretende ensinar.

Em conformidade com a proposta constante desse trabalho, a partir dos resultados devidamente coletados e dos percentuais apresentados mediante quantificação e a mensuração das perguntas do questionário diagnóstico aplicado aos sujeitos de pesquisa, conclui-se que alguns aspectos foram observados e neles percebemos que a escola deve estar aberta às novas possibilidades de melhorar o ensino e promover a aprendizagem significativa.

Cabem às instituições, estarem atentas às tendências educacionais e principalmente ao potencial do seu corpo docente, pois essas buscas por melhor proporcionar ao aluno condições favoráveis ao ensino a aprendizagem devem caminhar juntas, em benefício unido da criança. No entanto, a inserção do lúdico na prática diária do professor em alguns momentos não seria viável, em decorrência do calendário escolar ou mesmo o conteúdo a ser ministrado pelo professor.

No caso do tema constante no nosso trabalho aqui ora discutido, pode-se sugerir que as escolas e toda instituição de ensino estejam atentas à proposta, à relevância e à riqueza de aprendizagem decorrentes da ludicidade. No decorrer da pesquisa *in loco* e das observações no momento das atividades, os alunos mostraram-se mais receptivos ao ensino, apresentaram comportamentos diferentes dos que costumeiramente apresentavam, sendo assim, podemos destacar que deixaram o isolamento e o individualismo e passaram a organizar-se em forma de grupos, interagindo entre si.

Dessa maneira, ficam claros os potenciais existentes na ludicidade, que podem ser alcançados pelos alunos que podem ainda vislumbrar uma melhor condição em aprender de forma significativa. A ludicidade é representada por atividades que propiciam experiência de plenitude e envolvimento por inteiro, dentro

de padrões flexíveis e saudáveis. Os jogos e as brincadeiras fazem parte da história do homem desde seus primórdios. Estudar a história humana é, também, um estudo da ludicidade.

Não se pode nos dias atuais pensar em uma prática engessada, pautada apenas nos meios tradicionais de ensino. A busca por melhor possibilitar ao aluno uma aprendizagem satisfatória deve ser a motivação de todos os que fazem a educação. A ludicidade pode ser usada em várias situações e em todas as disciplinas, acredita-se que mesmo de forma interdisciplinar aconteça a aprendizagem significativa. Por fim, torna-se evidente e essencial, por isso recomenda-se às escolas a usarem, a metodologia constante nesse trabalho, pois podemos constatar os ganhos significativos acerca da aprendizagem e do ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P.N. **Educação lúdica**: Técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 1995.
- ALVARES, Camila. **Ensinar e aprender no Contexto da Educação Infantil**: Um Estudo numa Turma de Alunos com 5?6 Anos. 198p. Dissertação Mestrado em Educação – Eninersidde estadual de Londrina, 2016.
- ANCINELO, P. R; CALDEIRA, L. P. **O papel dos jogos lúdicos na Educação Contemporânea**. São Paulo, 2007.
- ANDRADE, L. B. P. **Educação Infantil**: Discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. em <https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf> Disponível. Acesso em: 10 jun. 2010.
- ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: Imagens e autoimagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p.27.
- BASTOS. M. H. C. **Jardim de Crianças – O pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887)**. IN: MONARCHA. C. Educação da infância brasileira 1875 – 1983. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BERTAGNA, R. H. **Progressão continuada**: Limites e possibilidades. 2003. 488f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- BONDIOLI, A. **Far finta insieme**. Condizione, dinamiche, strategie. Quaderni Infanzia. Ed.: Junior S.R.I. Bergamo, 1993.
- BOTO, C. **O desencantamento da criança**: Entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M.C.; KUHLMANN JR, M. (Orgs.) Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-58.
- BRASIL. Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI) (1998). Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1998.
- _____. Secretaria de Educação Básica. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Brasília, DF, 2014. Disponível em:<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/cumento-referencia.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2020.

_____**Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF.

_____**Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009,** que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13684:resolucoes-ce-2009&option=com_content. Acesso em: 01 mai. 2016.

_____**Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em abril. 2020.

_____**Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

_____**Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006. 45 p.

_____**Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____**Contribuições para o esboço de uma proposta curricular para a formação de educadores de creche em nível de 2ª Grau.** In: ROSEMBERG. F. CAMPOS. M. M. M,

_____**Educação Infantil e Currículo.** In FARIA. A.L.G, PALHARES. M. S. **Educação infantil pós LDB: Rumos e desafios.** São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996,** Brasília.

_____**Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, v.1,2 e 3, 1998.

_____**O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX início do século XX.** In MONARCHA. C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983.** São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____**Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Parâmetros básicos de Infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006. 45 p.: Il.

BRASLAVSKY, Berta. **Escola e alfabetização**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

BUJES. M. I. E. **Infância e maquinaria**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CONRAD, H. M. **O desafio de ser pré-escola**: As ideias de Friedrich Froebel e o início da Educação Infantil no Brasil. Curitiba, 2000. Dissertação de mestrado em educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 140 p.

DELGADO, Ana Cristina Coll. **O que nós adultos sabemos sobre infâncias, crianças e suas culturas?** In: Revista Espaço Acadêmico nº 34/março de 2004. Acesso em 08 de jul 2019.

DIAS, Cleuza Maria Sobral. **Mitos e desafios na formação da alfabetizadora**. Educação. Porto Alegre, n. 41, p. 107-128, ago. 2000.

FERLAND, F. O Modelo Lúdico. **O brincar, a criança com deficiência e a Terapia Ocupacional**. 3 ed. São Paulo Roca, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2. ed. **Revista e ampliada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000. 104 p.

FRIEDMANN. **A importância do brincar**. Jornal Diário na Escola: Santo André/SP, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IAVORSKI, Joyce; VENDITTI JUNIOR, Rubens. **A ludicidade no desenvolvimento e aprendizado da criança na escola**: Reflexões sobre a Educação Física, jogo e inteligências múltiplas. Efdeportes.com, Buenos Aires, abr. 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente profissional**: Forma-se para mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: Uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____**A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Achime, 1995.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Entre o escrito e o vivido.** P. 15-20. 2ª ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

_____**Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006. 45 p.

MARINHO, H. R. B. et al. **Pedagogia do movimento: o universo da ludicidade e psicomotricidade.** 2. ed. Curitiba: Ibex, 2008.

MARTINS, Lígia Márcia. **O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos.** In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos.** Campinas – SP: Editora Alínea, 2009, p. 93 a 121.

MAURICIO, Juliana Tavares. **Aprender brincando: O lúdico na aprendizagem.** 2008. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/importanciadabrinquedoteca1/index.php?pagina=9>.

MERISSE. A. **Origens das instituições de atendimento à criança: O caso das creches.** In MERISSE. A et al. **Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato.** São Paulo. Arte e Ciência, 1997.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria método e criatividade.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

_____(2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: Conceitos metodologia práticas.** 23ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

OLIVEIRA, Z. M. et al. (1992). **Creche: crianças, faz-de-conta e cia.** Petrópolis, RJ: Vozes.

_____**Educação Infantil: Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA. S. M. L. O. **A legislação e as políticas para a Educação Infantil: Avanços, vazios e desvios.** In: MACHADO. M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____**A psicologia da criança.** 17ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PICCININ, Priscila V. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva histórico-cultural**. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A Ludicidade na Educação**: Uma atitude pedagógica. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011 - (Série Dimensões da Educação).

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: Se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: Trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC, 1999.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca** – O lúdico em diferentes contextos; São Paulo: ed. Vozes; 4ª edição, 1999.

_____**Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis. Vozes, 2000. p. 53.

_____**Brinquedoteca**: A criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis. Vozes, 2000. p.42.

SILVA et al. **Influência da educação infantil na formação da personalidade das crianças**.https://portal.fslf.edu.br/wpcontent/uploads/2016/12/influencia_da_educacao_o_infantil_na_formacao_da_personalidade.pdf acesso em : 20 abril 2020.

SOUSA, A. M. C. **Educação Infantil**: Uma proposta de gestão municipal. Campinas: Papirus, 2000.

_____**Educação Infantil**: Uma proposta de gestão municipal. Campinas: Papirus, 2000.

_____**O lúdico e o desenvolvimento infantil. Revista do NUPE (Núcleo de Pesquisas e Extensão) do DEDC I/UNEB**. Universidade do Estado da Bahia. vol. 01. n. 01. 2012.

VIANA, C.P. **A formação do educador de creche**: Sugestões e propostas curriculares. São Paulo: FCC/DPE, 1992.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001. p. 103-119.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

_____**A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____**A formação social a mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.